

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

ARQUITETURA E URBANISMO

Trabalho Final de Graduação

FERNANDA ANDRADE DOS SANTOS

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristina Maria Perissinotto Baron

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Eda Maria Góes

A PRAÇA do Conjunto Habitacional João Domingos Netto:

UMA PROPOSTA DE LAZER URBANO

Presidente Prudente/SP – 2018

*À minha família que amo tanto
Papai, Mimi, Deco e Juca
Vocês me inspiram todos os dias!
Tenho muita gratidão por todo carinho, união e cumplicidade.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me incentivarem a trabalhar com o que amo. Ao meu pai Marcos, pela sensibilidade, carinho e incentivo, por todas as viagens juntos, flores e comidinhas especiais, imprescindíveis para que eu superasse meus desafios! À minha mãe Márcia, por toda dedicação e confiança, pelas madrugadas de trabalho e por ser a professora mais especial da minha vida!

Aos meus irmãos, por nossa amizade e união. Ao meu irmão André, por ter me ensinado tanto, por acreditar em meu potencial e me inspirar a aprender mais todos os dias! À minha irmã Juliana, por me ensinar a não desistir dos meus sonhos, pela proteção e nossa conexão inexplicável!

À Cristina, por todos os cuidados, conversas e cafés! Por toda a história que temos para contar e por estar sempre disposta a nos ajudar com o que puder!

Ao Maurício, meu amorzinho, por toda a alegria que traz para meus dias! Às minhas amigas Gabriela, Raquel, Nathália e Carolina, pelos momentos que vivemos desde novinhas! Aos meus colegas de sala maravilhosos, que fizeram esses anos de estudo mais divertidos e inesquecíveis! Às amigas Rock, Uke, Fat e Uno, por tudo que pude aprender com vocês e por todas as noites viradas! <3

Aos meus professores, que contribuíram para a minha formação como profissional e pessoal! À Professora Cristina, pela orientação neste trabalho e à Professora Eda, por esses anos de pesquisa que foram essenciais para meu amadurecimento. Ao arquiteto Jorge, por todas as orientações profissionais a mim prestadas! Ao Anderson, por todo o carinho e disposição, fazendo da maquetaria um lugar muito especial!

Ao Movimento Empresa Júnior, pelas experiências que me proporcionou e por todas as pessoas incríveis que pude conhecer! Ao MEJ Faroeste, por me ensinar o quão gratificante é retribuir!

À universidade pública, por abrir meus horizontes! Pelas Semanas de Arquitetura e discussões do Centro Acadêmico, pelas músicas e energia da Bateria Furiosa, pelas entidades que promovem discussões e atividades culturais, pelo Movimento Empresa Júnior, que me mostrou o quanto ainda temos a aprender!

Aos moradores do Conjunto Habitacional João Domingos Netto, pelo acolhimento e confiança, à eles minha consideração em realizar este trabalho.

Toda minha gratidão a Deus e à vida, por essa maravilhosa jornada!

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	07
2.	PROBLEMÁTICA HABITACIONAL NO BRASIL	10
3.	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	17
4.	CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE	23
5.	CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO DOMINGOS NETTO	31

6.	O TRABALHO	37
6.1.	ANÁLISES E PROPOSIÇÕES	38
6.1.1.	O ENTORNO DO CHJDN	38
6.1.2.	OS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CHJDN	57
6.1.3.	AS PRAÇAS DO CHJDN	63
6.2.	PROJETO PARA UM ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER NO CHJDN	81
6.2.1.	A ESCOLHA DA ÁREA	81
6.2.2.	O PROJETO FINAL	84
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

A escolha do Conjunto Habitacional João Domingos Netto (CHJDN) partiu de dois pontos de vista: o ponto de vista histórico crítico e o ponto de vista pessoal. Do ponto de vista histórico crítico, a literatura aponta que o acesso à terra e à habitação no Brasil não se originaram do reconhecimento do direito e da necessidade da população, mas sim segundo interesses políticos e econômicos de classes dominantes que controlavam a produção do espaço urbano.

Através de um breve levantamento histórico, foi realizada uma descrição de como se deu o processo de produção habitacional de interesse social, desde a República Velha até o Governo Lula, resultando no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Apesar da diminuição do desemprego, do giro da economia e do reconhecimento do direito à habitação, o PMCMV recebeu muitas críticas no que diz respeito a sua produção, que foi praticamente transferida aos setores privados e reforçou a segregação socioespacial ao negar a uma parcela da população o direito à cidade. Em relação aos empreendimentos produzidos, observou-se a monofuncionalidade e homogeneização das soluções projetuais arquitetônicas e das técnicas construtivas, principalmente naqueles destinados a menor faixa de renda. Assim se caracteriza o CHJDN, proveniente do PMCMV e destinado a Faixa 1 (renda familiar até R\$ 1.600,00).

Os espaços públicos são elementos estruturantes da vida urbana. No contexto dos conjuntos habitacionais de interesse social, esses espaços possuem extrema importância, na medida em que possibilitam a sociabilidade, a coletividade, a prática de atividades de lazer e recreação, manifestações, feiras, encontros e outros usos. Contudo, de maneira geral, percebe-se o descaso, por parte do poder público, com esses espaços nos conjuntos habitacionais, especialmente, com relação às praças, que se mantêm sem cuidados, depredadas e sem segurança.

Tendo isso em vista, foram analisadas as características dos espaços públicos do CHJDN. Observou-se: vias de declividades inadequadas e superdimensionadas, favorecendo o abuso da velocidade pelos veículos; canteiros centrais superdimensionados, desprovidos de função relevante e sem manutenção frequente; calçadas estreitas, sem manutenção e sem árvores que promovam sombreamento; poucas praças, mal servidas de infraestrutura, pouco atraentes, com topografia acidentada e áreas públicas de lazer sem a execução de

projetos específicos elaborados pela Prefeitura. Assim, as características dos espaços públicos do CHJDN desestimulam o caminhar e incentivam o uso do transporte individual, diminuindo as condições para o exercício da vida pública.

Considerando tal situação e a necessidade verificada no CHJDN de mais e melhores espaços livres públicos, foi decidido realizar um projeto para uma de suas praças, com o objetivo de propor um espaço de lazer urbano de qualidade. Durante o trabalho, para alcançar este objetivo, foram feitos levantamentos de dados junto ao poder público municipal, leituras e interpretação de imagens satélites e mapas, visitas ao local, com registros fotográficos e entrevistas com moradores. Esses procedimentos possibilitaram análises e proposições direcionadas ao contexto em que se insere o conjunto, seus espaços públicos e suas praças.

Do ponto de vista pessoal, tive oportunidade de desenvolver uma pesquisa de iniciação científica no CHJDN entre 2015, desde o dia em que foram entregues as chaves das residências aos beneficiários, até 2017. A pesquisa tinha como objetivo identificar as mudanças introduzidas pelos moradores em suas casas a partir do momento em que começaram a habitá-la. Durante esses anos, na medida em que acompanhei as transformações ocorridas no conjunto e observei as dificuldades enfrentadas pelos moradores, defini que este trabalho seria destinado ao CHJDN.

Sendo assim, o trabalho aqui apresentado divide-se em 5 partes. Primeiramente, foi apresentado um breve histórico sobre a produção habitacional de interesse social no Brasil, analisando as características dos períodos políticos e seus impactos nos processos de produção habitacional. A segunda parte abordou o PMCMV, apontando as intenções políticas e econômicas intrínsecas a ele, as repercussões de seu processo de produção e características observadas em seus empreendimentos. Em sequência, é apresentada a cidade de Presidente Prudente, na qual se encontra a área de estudo escolhida para este trabalho, descrevendo aspectos sobre sua formação e a produção habitacional de interesse social local. Na quarta parte, é introduzido o CHJDN e pontuadas algumas características. Por fim, são apresentadas as análises e proposições para o entorno do CHJDN e para seus espaços públicos, é feita a caracterização das praças do conjunto, para então escolher a área do projeto. No final do capítulo, descreve-se a trajetória do desenvolvimento projetual e apresenta-se o trabalho gráfico elaborado.

2 PROBLEMÁTICA HABITACIONAL NO BRASIL

Muito do que se verifica na problemática habitacional brasileira tem suas raízes no processo de urbanização do país, que ocorreu associado à exclusão social (SANTOS, 1996). Para além dos cinco séculos de formação da sociedade brasileira, Maricato (2000) aponta que a questão da moradia se origina, especialmente, a partir de processos ocorridos pós Independência nacional, como a privatização da terra (1850) e a emergência do trabalho livre (1888).

Até meados do século XIX, a terra no Brasil era concedida pela Coroa (sesmarias) ou simplesmente ocupada. Apesar de neste momento, a terra não possuir valor comercial, “essas formas de apropriação já favoreciam a hegemonia de uma classe social privilegiada” (FERREIRA, 2005, p.1). É com a Lei das Terras, em 1850, que a terra passa a ser tratada como mercadoria (FERREIRA, 2005). Como resultado, ao extinguir a instituição da posse como forma legítima de se tornar proprietário e estabelecer uma série de exigências para aquisição da propriedade fundiária, a promulgação da lei das Terras favoreceu a ampliação de latifúndios e dificultou o acesso à terra para a maioria da população brasileira – constituída por pequenos posseiros, escravos libertos e imigrantes recém chegados (HOLSTON, 2013).

A lei das Terras influenciou substancialmente as dinâmicas de apropriação da terra na cidade e, por consequência, a exclusão e segregação social no espaço urbano, pois “reproduzia-se na cidade a mesma diferenciação social resultante da hegemonia das elites que se verificava nos latifúndios” (FERREIRA, 2005, p.5).

As reformas urbanas de caráter higienistas e sanitaristas, realizadas na virada do século XIX para o século XX, caracterizavam-se pela sistemática expulsão da população mais pobre em direção a áreas distantes, com esforço de elitização das áreas centrais para que fossem ocupadas pelas classes dominantes (FERREIRA, 2005), introduzindo-se assim a segregação socioespacial.

No início do século XX, com a industrialização crescente e, portanto, a necessária presença do operariado urbano, a população de baixa renda aumentava consideravelmente nas cidades brasileiras (FERREIRA, 2005).

“A diferenciação espacial, que antes marcava apenas o centro (...), agora começava a ocorrer nos moldes de uma típica cidade industrial (...) – gerando bairros proletários com péssimas condições de habitabilidade”

(FERREIRA, 2005, p.10). Com a maioria da população urbana submetida a circunstâncias de precariedade e insalubridade, a demanda por moradias era crescente.

Até esse momento, apesar do poder público passar a exercer um maior controle sobre a produção urbana, a questão habitacional ainda não havia sido reconhecida como responsabilidade do Estado. A participação estatal na produção de moradias era vista como uma “concorrência desleal à iniciativa privada” (BONDUKI, 1994, p. 724), uma vez que o processo de produção habitacional e o mercado de casas de aluguel eram empreendimentos interessantes para os investidores imobiliários, regidos apenas pelas leis da oferta e da procura, em razão do liberalismo que fundamentava a administração político econômica da República Velha (FERREIRA, 2005).

Essa situação começou a se modificar a partir de 1930, com a Era Vargas. No âmbito da produção habitacional, esse período ficou marcado por inaugurar a produção estatal de habitação de interesse social no Brasil (BONDUKI, 1994; FERREIRA, 2005). Em razão dos incentivos à industrialização por parte do Estado, segundo Ferreira (2005, p.11),

(...) esse período presenciou pela primeira vez os efeitos de uma crescente migração rural-urbana (...). Embora esse processo fosse realmente intensificar-se somente algumas décadas depois, nos anos 50/60, (...) tal dinâmica elevou o problema da provisão habitacional para a massa operária a patamares em que o mercado não tinha mais condições de – ou sobretudo interesse em – enfrentar.

Assim, as iniciativas de produção de habitação, como a criação, em 1937, das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e a criação da Fundação da Casa Popular, em 1946, revelam que o Estado estava reconhecendo – “ou cedendo às pressões para reconhecer” (FERREIRA, 2005, p. 11) – que o mercado privado não tinha condição de atender à demanda por habitação, e que moradias de interesse social seriam de função estatal o seu fornecimento (BONDUKI, 1994; FERREIRA, 2005).

As novas condições implementadas por Vargas previam uma limitação da influência do liberalismo em prol da intervenção estatal, a regulamentação das relações capital/trabalho e a indústria como a base central da

economia brasileira. Sem perder o apoio das massas populares urbanas, o Estado promoveu, em 1942, uma intervenção no mercado de aluguel através da criação da Lei do Inquilinato, que consistia em congelar os valores locativos, regulamentar as relações entre proprietários e inquilinos, no discurso de defender e garantir a moradia do inquilino (OLIVEIRA, 1971; BONDUKI, 1994). Com o congelamento dos aluguéis, os sucessivos ajustes da lei e a inflação crescente, levou a um cenário extremamente desfavorável para investir no mercado de aluguel de moradia. Nesse sentido, os proprietários se viam forçados a vender as casas alugadas. A estratégia adotada pelo Estado tornou esse investimento um negócio pouco rentável (BONDUKI, 1994).

Com a diminuição da oferta de moradias e o aumento populacional urbano, provocado principalmente, pelo crescimento industrial, gerou-se, especialmente entre 1945 e 1948, uma grave crise de habitação (MELO, 1992; BONDUKI, 1994). Assim, devido à restrição do acesso à habitação e os frequentes despejos, restou à população mais pobre a ocupação das áreas periféricas, incentivada pela chegada do transporte público automobilístico (FERREIRA, 2005).

Nos anos 50, no Governo de Juscelino Kubistchek, a economia brasileira se abre para o capital internacional, recebendo as multinacionais, isso além de ampliar o atraso tecnológico, promoveu maior concentração de renda, uma vez que se baseava na industrialização com baixos salários, uma política que não oferecia condições mínimas de infraestrutura urbana à população, com sucessiva piora das condições de vida e moradia, principalmente nas grandes cidades. No início dos anos 60, enfrentou-se uma severa crise político-econômica que culminaria no golpe de Estado (FERREIRA, 2005).

O Regime Militar que foi instaurado em 1964, consumiria pelo menos vinte anos da história do país. Diante da necessidade de conquistar o apoio popular, o Estado tomou como primordial a promoção de políticas públicas de cunho social. Bolaffi (1976) aponta que nesse período a habitação popular foi eleita como problema fundamental e lhe foi dada tal importância que, em 1964, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), que atuava como banco central do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Em razão do capital somado, em 1969, o BNH tornou-se o segundo maior banco do país, em termos de riqueza, superado apenas pelo Banco do Brasil, e financiou a maior produção habitacional realizada até então: pelo menos quatro milhões de unidades (FERREIRA, 2005).

O sistema de financiamento formado pelo Estado contou com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), sendo fundamental para materializar um plano habitacional com tal pretensão (CARDOSO, 2008). Entretanto, como afirma Ferreira (2005, p. 14), “mais do que promover políticas públicas de universalização do direito à habitação, [a política] tinha como objetivo central a acumulação privada de setores da economia envolvidos com a produção habitacional, como as grandes empreiteiras, [a fim de] alavancar o chamado milagre brasileiro”.

Diversas críticas foram feitas à produção do BNH. Desde a década de 70, estudos já apontavam a crítica mais evidente: a infidelidade em relação à proposta inicial em atender a demanda da população de mais baixa renda. A insuficiência de subsídios, o alto custo da habitação e as dificuldades econômicas enfrentadas naquele momento, eram fatores que resultavam em uma alta inadimplência por essas camadas menos privilegiadas (CARDOSO, 2008). Assim, de acordo com Cardoso (2008, p. 2-3), “após duas décadas de política habitacional foram produzidas cerca de 4,5 milhões de unidades, com 48,8% do total destinadas aos setores médios, e 33,5% formalmente destinadas aos setores populares”.

Outras críticas pertinentes foram em relação à inadequada inserção dos conjuntos no contexto urbano – os quais eram “distantes das áreas centrais e da oferta de emprego, geralmente mal servidos pelo transporte público e quase sem nenhuma infraestrutura ou serviços urbanos” (FERREIRA, 2005, p. 15) – e a maneira de como o programa foi avaliado, através de um único índice de eficiência: o número de habitações construídas.

Nesse sentido, os resultados foram desfavoráveis do ponto de vista do interesse social. Ao contrário do que se pretendia, o forte caráter exclusivista da política habitacional do BNH resultou no crescimento de favelas e periferias, restando como alternativa aos excluídos do sistema, ocupar glebas vazias e loteamentos clandestinos e adquirir um lar através de ações como a autoconstrução (FERREIRA, 2005; CARDOSO, 2008).

Com o fim da ditadura no início dos anos 1980, a produção habitacional ficou praticamente estagnada devido à crise do SFH e à falência do BNH. Era o início de um período democrático, mas também de radicalização da crise econômica internacional, no qual as políticas habitacionais seriam muito pouco exploradas: “entre 1986 (data de extinção do BNH) e 1995 (quando tem início uma reestruturação mais consistente do setor), a política habitacional foi regida por vários órgãos que se sucederam ao longo do período, sem que

conseguissem resultados efetivos” (CARDOSO, 2008, p. 3). Em razão da desarticulação progressiva da instância federal e a fragmentação institucional, os governos estaduais e municipais passam a adquirir mais autonomia para promover políticas habitacionais (CARDOSO, 2008).

Apesar da instabilidade institucional deste período, é preciso reconhecer alguns avanços realizados durante o longo processo de transição da ditadura para a democracia, como a aprovação da Lei 6766, de 1979, que estabeleceu a regulamentação do parcelamento do solo e a criminalização do loteador irregular; e, posteriormente, a participação de 130 mil eleitores na Constituinte de 1988, que subscreveram a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana, colaborando para a inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988, que estabelecem instrumentos para o controle público da produção do espaço urbano e o princípio da função social da propriedade urbana (FERREIRA, 2005).

Com transição para o período democrático, os governos Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992) não apresentaram programas habitacionais significativos, ao contrário, adotaram uma política clientelista, com o objetivo de sustentar o apoio ao governo central. O Plano de Ação Imediata para Habitação, criado em 1990, é um exemplo de política que apoiava financeiramente projetos de Prefeituras, Cooperativas, COHABs, etc., para famílias com até 5 salários mínimos (CARDOSO, 2008). A utilização predatória dos recursos do FGTS, principalmente no fim do governo Collor, e o enorme desequilíbrio econômico gerado, prejudicou qualquer iniciativa relacionada a financiamento nos dois anos seguintes (CARDOSO, 2008).

No governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 - 2002), a fim de reestruturar a economia brasileira, os recursos foram convertidos para a realização do Plano Real, tornando inviável o investimento em outros programas. Entretanto, no primeiro governo de FHC (1995 – 1998) foi criada a Secretaria de Política Urbana (SEPURB) que ficou responsável pela formulação e realização da Política Nacional de Habitação (CARDOSO, 2008).

Com o início do Governo Lula (2003-2011), a discussão em torno da problemática da moradia foi retomada com mais vigor. Na realidade, como afirma Rolnik (2015, p. 295),

A proposta de política habitacional do governo já estava esboçada desde a campanha eleitoral. O chamado Projeto Moradia [lançado em 2000] fazia parte de um conjunto de propostas do Instituto Cidadania, coordenado por Lula, tendo em vista a construção de uma política de desenvolvimento para o país que associasse o enfrentamento da questão social ao crescimento econômico e à geração de empregos.

Nos anos seguintes, foram criadas entidades e órgãos governamentais, como o Ministério das Cidades (2003), que formulava uma política urbana nacional, fornecendo apoio técnico e financeiro a governos locais, integrando as políticas federais de habitação, saneamento e transportes (ROLNIK, 2015) com a participação direta da população, lideranças sindicais, profissionais e acadêmicos, como as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005, 2007) e o Conselho Nacional das Cidades (2004) (MARICATO, 2015).

A despeito do esforço para a estruturação de um processo de produção habitacional mais justo e eficaz, em 2009, foi elaborado pelo governo (em diálogo direto com empresários e investidores) um pacote habitacional, que tinha como objetivo “salvar as empresas da *débâcle* [ruína] e, ao mesmo tempo, funcionar como medida contracíclica para garantir empregos e crescimento num cenário internacional desfavorável” (ROLNIK, 2015, p. 301). O governo desconsiderou alternativas, como o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), sob a coordenação da Secretaria Nacional de Habitação e pronto para ser publicado em Janeiro de 2009. Este plano fornecia uma estratégia a longo prazo para solucionar o problema habitacional e que poderia ser mais adequado para o alcance de políticas públicas eficientes (BONDUKI, 2009),

Desta forma, o governo ajustou o “pacote” e o lança como programa, batizado pela área de marketing do governo de programa “Minha Casa Minha Vida” (ROLNIK, 2015). Segundo Rolnik (2015, p. 301)

(...) o programa deveria se transformar na mais importante ação no campo econômico-social, articulando a oferta de moradia, demanda histórica e ativo eleitoral tradicionalmente forte, com uma estratégia keynesiana de crescimento econômico e geração de empregos.

3 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi constituído por quatro modalidades: 1) MCMV-Entidades; 2) PNH-Rural; 3) MCMV-Sub 50; 4) MCMV-Empresas. Os recursos destinados à modalidade MCMV-Entidades seriam destinados para a produção de moradias por associações e cooperativas autogestionadas; PNH-Rural seriam para produção de moradias de pequenos produtores de agricultura familiar e MCMV-Sub 50, para produção habitacional em municípios com menos de 50 mil habitantes, uma vez que, o programa havia sido formulado, inicialmente, para atender apenas regiões metropolitanas e cidades com mais de 100 mil habitantes (ROLNIK, 2015).

Essas três modalidades se originaram a partir de propostas, que foram incluídas no “pacote habitacional”, estruturadas através de negociações por parte de políticos de cidades pequenas e movimentos (de moradia, sem-terra, etc), além da influência de atividades de mobilização e manifestações. A criação dessas modalidades no programa MCMV seria importante para garantir o apoio político desses grupos, entretanto, segundo Rolnik (2015, p. 303), essas modalidades “representavam menos de 10% do total de unidades e recursos previstos” no lançamento do programa MCMV. Assim, enquanto essas três modalidades foram secundárias, o grande centro dessa política foi o MCMV-Empresas (ROLNIK, 2015).

O MCMV-Empresas a partir de 2009, se constituiu, inicialmente, por três faixas de renda considerando o salário mínimo (s.m.) cada uma com condições específicas em relação aos subsídios, aos mecanismos financeiros e comerciais, bem como ao limite de valor das unidades: Faixa 1: 0 a 3 s.m.; Faixa 2: 3 a 6 s.m. e Faixa 3: 6 a 10 s.m. A partir de 2011, as faixas de renda são estruturadas em valores nominais: Faixa 1: até R\$ 1.600,00; Faixa 2: até R\$ 3.275,00 e Faixa 3: até 5 mil (CARDOSO e LAGO, 2013). Nos últimos anos, houve nova reestruturação das faixas de renda, permanecendo em valores nominais: Faixa 1 até R\$ 1.600,00; Faixa 1,5 até R\$ 2.600,00; Faixa 2: até R\$ 4.000,00 e Faixa 3: até 9 mil (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2017).

Como aponta Rolnik (2015, p. 303-304),

A primeira faixa (até 1,6 mil reais de renda familiar) – oferece um produto quase totalmente subsidiado, construído por empresas privadas, mas distribuído pelos governos locais. Os beneficiários são definidos pelos governos locais com base em seus próprios cadastros de

demanda. Os moradores são obrigados a pagar uma taxa mensal – que corresponde a 5% da renda familiar – para a Caixa, responsável por comprar as unidades da empresa encarregada da construção. A diferença entre o custo da unidade e a quantia total paga pelos moradores é coberta por recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), um fundo público alimentado pelo orçamento federal. Os subsídios representam, portanto, a quase totalidade do custo da unidade. A segunda faixa (famílias com renda mensal entre 1,6 mil reais e 3,1 mil reais) também é beneficiada por subsídios, mas em menor grau. Os compradores nessa condição dispõem de um subsídio direto de até 23 mil reais, cerca de 20% do limite de preço da unidade no momento da assinatura do contrato. Eles também são beneficiados por linhas de crédito com taxas de juros abaixo das condições de mercado e pela concessão de garantia por um fundo público (Fundo Garantidor da Habitação – FGHab). Os benefícios da terceira faixa (renda familiar mensal até 5 mil reais) são apenas crédito mais barato e a garantia do FGHab. Para as faixas 2 e 3, tanto a construção como a comercialização das unidades habitacionais é feita diretamente pela empresa privada que construiu os imóveis. A Caixa financia a produção e fornece subsídios para quem quiser comprar as unidades, mas os riscos e responsabilidades são assumidos pela empresa. Em todos os casos, existe um teto de preço para a unidade que deve ser cumprida para que o projeto se beneficie dos subsídios e das condições de crédito: 76 mil reais para a primeira faixa e até 190 mil reais para a segunda.

De fato, apesar de a questão fundiária ter ficado intocada (ROYER, 2014), com o programa MCMV o governo federal disponibilizou subsídios significativos para que a população de menor faixa de renda não ficasse de fora da produção habitacional, o que não ocorreu em nenhum outro programa de habitação de interesse social no Brasil (BONDUKI, 2009; MARICATO, 2009). Entretanto, ainda que as iniciativas políticas do governo Lula tenham trazido conquistas e mudanças na vida de milhões de brasileiros, é necessário ressaltar que o programa MCMV tinha finalidade explícita de enfrentar a crise econômica de 2008 (MARICATO, 2015; ROLNIK, 2015).

Conforme Maricato (2009) e Melazzo (2015), o governo acertou ao utilizar a construção civil para impulsionar o giro da economia, pois criou demanda no mercado de materiais, tanto para construção (ferro, vidro, cerâmica, cimento, areia, etc.) quanto para habita-lo (eletrodomésticos, mobiliários, etc.), minimizando impactos sobre o emprego e desacelerando a desvalorização acionária decorrente da crise. Além desta finalidade, conforme aponta Rolnik (2015, p.306), outro ponto central do programa foi “possibilitar a superação de

qualquer tipo de resistência que poderia ser oferecida por partidos de oposição em governos locais”, adotando o programa em municípios governados por partidos da base aliada, ou não.

Dessa forma, o PMCMV foi um importante fator de aproximação entre o mercado imobiliário e o Estado (RUFINO, 2012). Conforme afirma Monteiro (2017), o PMCMV se mostrou vantajoso para ambos: “(...) para o primeiro porque tem vivenciado um enorme crescimento nos últimos anos e para o segundo porque tem garantido uma enorme “capitalização política” com a grande produção do programa” (MONTEIRO, 2017, p.5).

Portanto, pode-se afirmar que, sob a perspectiva do crescimento econômico, a estratégia teve sucesso (ROLNIK, 2015). Contudo, as principais críticas ao programa MCMV reconhecem que o desenvolvimento da produção foi, praticamente, transferido aos setores privados e a preocupação a respeito dos dilemas sociais foi reduzida em prol da geração de lucro (HIRATA, 2009; NASCIMENTO e TOSTES, 2011; CARDOSO e LAGO, 2013; ROLNIK, 2014).

As principais críticas em relação às unidades habitacionais se dirigiam a homogeneização das soluções projetuais arquitetônicas e das técnicas construtivas. Especialmente no caso da Faixa 1, sem considerar variação das tipologias habitacionais, com um programa arquitetônico único: sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios. Foram ignoradas variantes como as características físicas dos terrenos, condições bioclimáticas locais, a diversidade das composições familiares dos moradores, e, em alguns casos, foram dificultadas as possibilidades de readequações da unidade habitacional ao longo do tempo, segundo as necessidades dos beneficiários, não permitindo incorporar atividades econômicas ou acomodar parentes através de “puxadinhos” (ROLNIK, 2014; ROLNIK, 2015).

Em matéria do contexto urbanístico, a principal crítica à produção habitacional do programa MCMV, principalmente, a destinada à Faixa 1, foi a “construção de megaempreendimentos padronizados e inseridos nas piores localizações das cidades” (ROLNIK, 2015, p.310). A escala foi a condição para a lucratividade, que deveria ser no mínimo de 600 unidades habitacionais para faixa 1 (ROLNIK, 2015) e as implantações em áreas distantes da malha urbana consolidada – mal servidas pelo transporte, infraestrutura, oferta de emprego e de serviços urbanos, necessários para o desenvolvimento econômico e humano (BONDUKI, 2009; MARICATO, 2009; ROLNIK, 2014; RUFINO 2015) – contribuíram “(...) substancialmente para impulsionar o

espraçamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres” (ROLNIK, 2015, p. 314).

Isso ocorre, em grande parte, em razão do papel desempenhado pelas empresas de construção no processo de produção habitacional, como explica Monteiro (2017, p.6),

(...) a escolha dos terrenos e as características dos projetos pelas empresas são determinantes para tornar os empreendimentos viáveis ou não. Como consequência, a seleção de terrenos mais baratos, a ampliação da escala e a padronização dos empreendimentos tornam-se estratégias financeiras determinantes para o desenvolvimento do programa.

Cabe destacar que é responsabilidade do poder público municipal, por meio de planos diretores e habitacionais, indicar os locais destinados à implantação dos novos empreendimentos. Em grande parte dos casos, é visto que, ao invés de restringir a atuação do mercado imobiliário no setor de habitação, as Prefeituras e Câmaras Municipais flexibilizaram a legislação ou apoiaram iniciativas ilegais para favorecer aos interesses desses agentes (ROLNIK, 2014; MARICATO, 2015). Entretanto, há casos de agências governamentais ligadas ao poder público municipal que trabalharam na criação de ações e estratégias para melhorar e facilitar a acessibilidade aos novos empreendimentos (CARDOSO e LAGO, 2013).

A respeito dos espaços de vivência e lazer, que são áreas de extrema importância para a sociabilidade e coletividade, observa-se que nos projetos realizados pelas empresas, esses espaços são negligenciados. Em grande parte dos empreendimentos do programa MCMV, as áreas livres de lazer são ineficientes e inadequadas e implantadas em áreas em que os lotes não poderiam ser estabelecidos, ou seja, “áreas de sobra” (CARVALHO, 2014).

Na cidade de Presidente Prudente, que será apresentada a seguir, se observa, na maioria das situações, a “aglomeração de diversos empreendimentos em uma mesma região, formando verdadeiros bolsões de moradia popular” (ROLNIK, 2015, p.311). Esses aglomerados se instalam em áreas periféricas que, apesar de serem, na realidade atual, territórios muito mais dinâmicos e mais bem equipados do que era há poucas décadas, ainda

carecem de atividades econômicas e, principalmente, de empregos, caracterizando-se pelo predomínio de uso habitacional (RUFINO, 2015).

4 CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE

Situado no extremo oeste do estado de São Paulo, o município de Presidente Prudente ocupa uma área de 560,637 km² e sua população é composta por 225.271 habitantes (IBGE, 2017) (Figura 1).

Figura 1: Mapa da localização de Presidente Prudente no Estado de São Paulo.



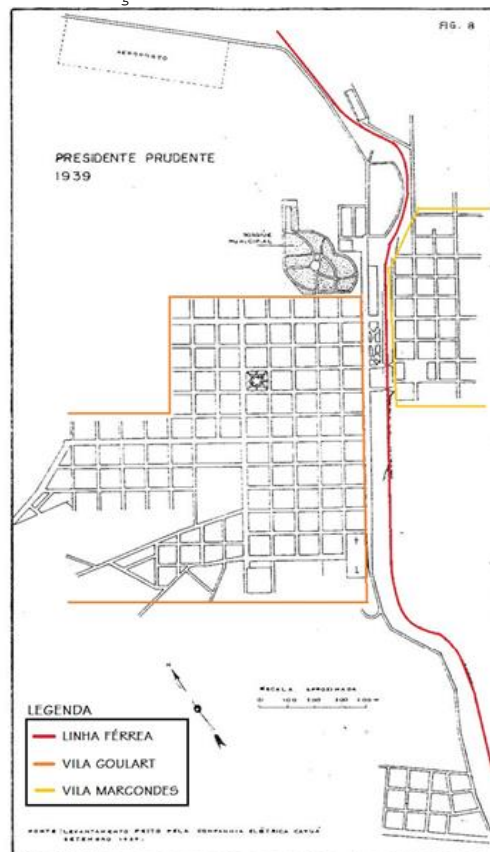
Fonte: PORTAL PRUDENTE (2018).

Segundo Oliveira (2014), Presidente Prudente é considerada uma cidade média por concentrar papéis e funções urbanas que atraem um grande fluxo de pessoas do oeste paulista e do sul do Mato Grosso do Sul.

Com seu surgimento no início do século XX, a cidade foi precursora no processo de ocupação dos sertões do Paranapanema. O povoamento e ocupação dessa região do Estado foram estimulados, principalmente, pelo transporte ferroviário, que avançava em direção ao oeste. A partir do estabelecimento da linha férrea, surgiram adjacentes à ferrovia, as duas primeiras vilas que originariam a cidade: a Vila Goulart (1917) e a Vila

Marcondes (1919) (Figura 2), fundadas pelos coronéis Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes, respectivamente (ABREU, 1972).

Figura 2: Desenho do traçado urbano de Presidente Prudente em 1939.

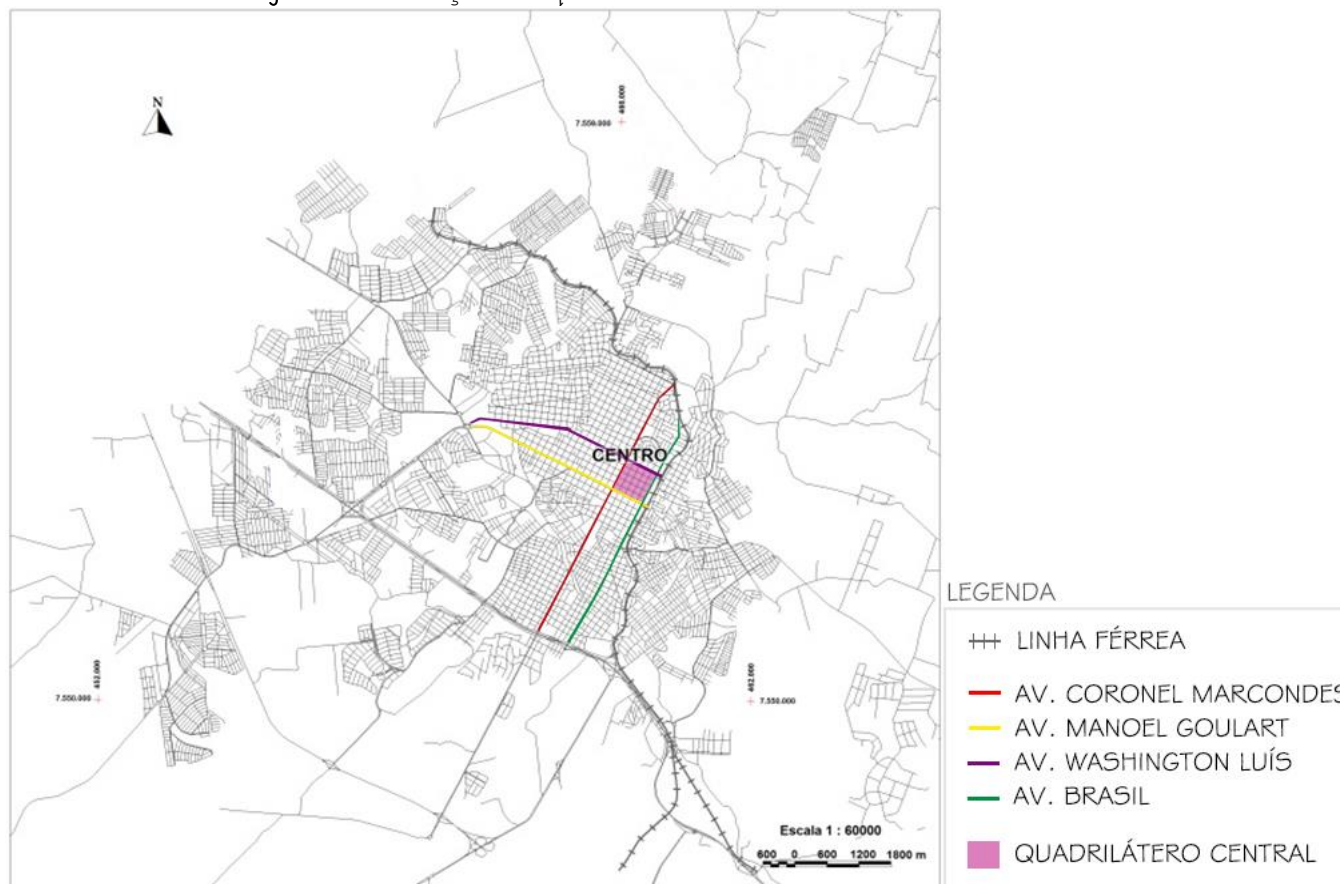


Fonte: SPOSITO (1983), modificado pela autora (2018).

Até 1950, a cidade se constituiu, essencialmente, ao redor do quadrilátero central (Figura 3) expandindo sua malha urbana de maneira mais dinâmica na direção sudoeste, com o prolongamento da Vila Goulart, no entanto, essa expansão territorial foi desprovida de planejamento e regularização legal (HONDA, 2000; HONDA,

2013). Como aponta Honda (2013, p. 111) “a informalidade na organização fundiária do território prudentino foi a prática, atingindo diretamente o processo de produção da cidade”.

Figura 3: Localização do quadrilátero central de Presidente Prudente.



Fonte: SANTOS (2016), modificado pela autora (2018).

A partir desse período, houve uma ampliação da quantidade de vazios urbanos e a sucessiva implantação de bairros em áreas mais distantes do centro (HONDA, 2013). Vários agentes – poder público local, incorporadores imobiliários e proprietários fundiários – agiram no direcionamento da expansão da malha urbana,

utilizando a especulação imobiliária do tipo “pular espaços”, em que, ao invés de expandir os loteamentos de forma contígua, deixam áreas não incorporadas prensadas entre porções já existentes e novas subdivisões (MARISCO, 2003).

Da década de 1970 até a década de 1980, empreendimentos provenientes de programas habitacionais foram implantados principalmente nas zonas norte e oeste, em locais distantes das áreas urbanas mais bem equipadas, estimulando a incorporação privada em novas áreas da periferia da cidade (SPOSITO, 1983; FERNANDES, 1998).

De acordo com Honda (2013, p. 111) “o aumento de impostos e o processo de implantação desses empreendimentos na franja urbana incentivaram o deslocamento da população de menor renda, [reduzindo] a ocupação urbana das áreas mais centrais da cidade, reforçando ainda mais a segregação socioespacial”. Segundo Silva (2005, p.137), entre 1978 e 1981, cerca de 1.880 unidades habitacionais foram feitas em Presidente Prudente, “o que causou grande impacto sobre a expansão horizontal urbana e mobilidade da população no interior da cidade”.

Em 1989, começou a ser executado o programa municipal de “Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados”, o qual foi desenvolvido a partir do cadastramento de famílias no levantamento socioeconômico realizado pela Prefeitura anos antes. A zona norte foi o principal local para os novos loteamentos, destinados aos moradores das favelas e as famílias que não foram beneficiadas em outros programas (OLIVEIRA, 2014).

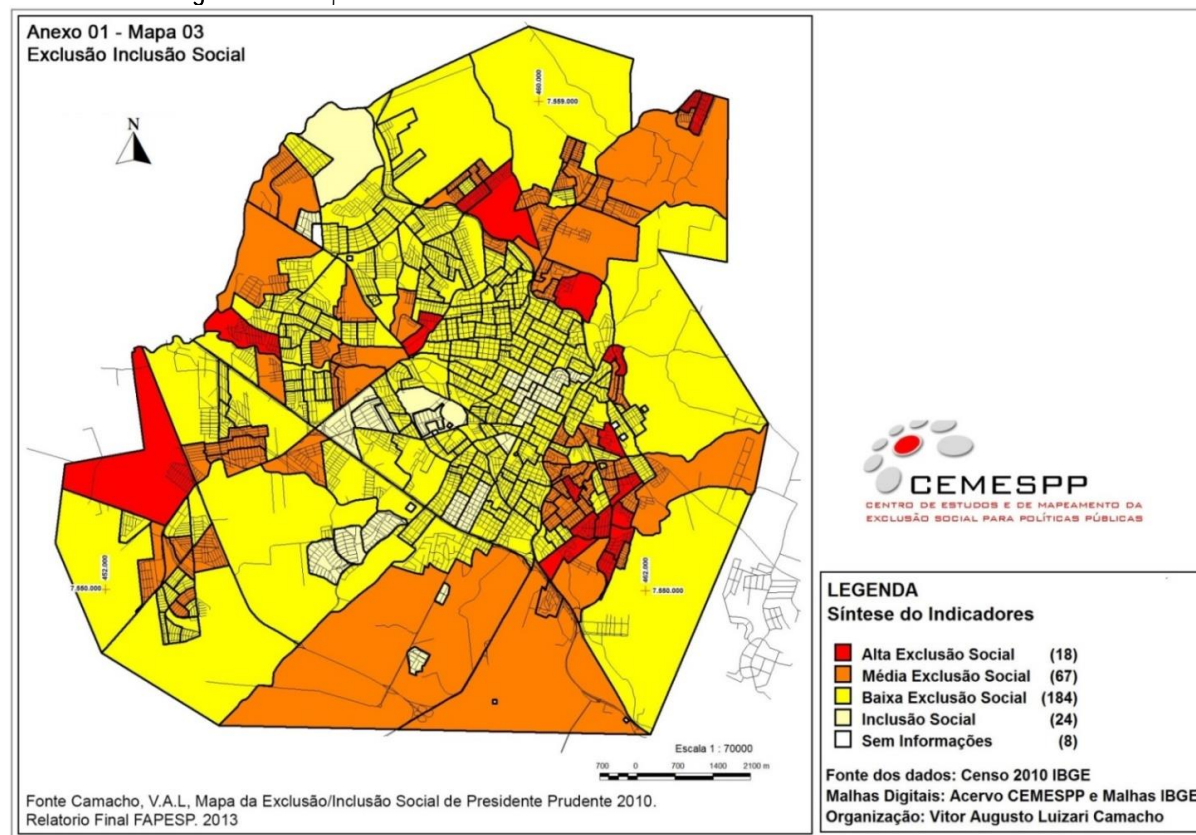
Na gestão municipal compreendida entre 1993 e 1996, em glebas das regiões norte e noroeste da cidade, foram implantados 4.013 lotes urbanizados provenientes de Concessão de Direito Real de Uso, sem participação de Governo Federal ou Estadual (HONDA, 2013). Com o início dos anos 2000, enquanto na zona oeste e nas áreas leste e norte além-linha férrea localizaram-se as camadas de menor poder aquisitivo, o setor sudoeste atraiu os loteamentos e os condomínios de alta renda (HONDA, 2013).

Ao longo do processo de produção do espaço urbano de Presidente Prudente, observou-se que as políticas habitacionais colaboraram para reforçar a segregação socioespacial e caracterizar a cidade como uma mancha urbana dispersa e fragmentada (HONDA, 2011; HONDA, VIEIRA, ALBANO e MARIA, 2015). Assim, observa-

se que o município carece de uma política urbana inclusiva, que controle a especulação imobiliária e a expansão periférica e segregada (HONDA, 2013).

A sucessiva implantação de bairros destinados às camadas populares na zona norte de Presidente Prudente, a partir da década de 1970, caracterizou essa área como uma região de alta e média exclusão social (Figura 4).

Figura 4: Mapa de exclusão e inclusão social de Presidente Prudente.

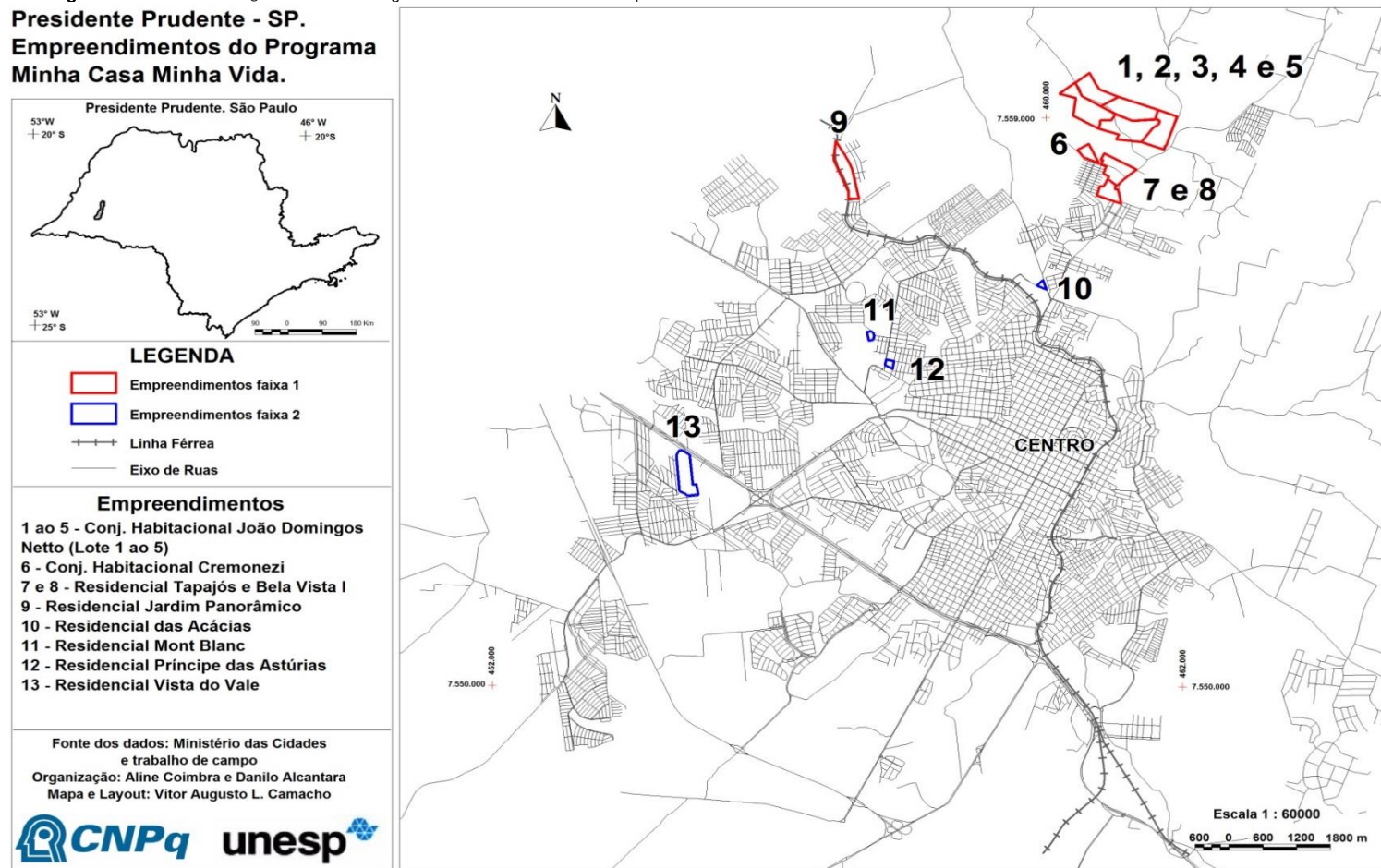


Fonte: CAMACHO (2013)¹.

¹ Disponível em: <<http://bv.fapesp.br/pt/bolsas/134955/mapa-da-exclusaoinclusao-social-de-presidente-prudente-2010>>.

Com o PMCMV, esse quadro se agravou. Na zona norte (porção além-linha férrea), entre 2013 e 2015, foi construído um total de 3.458 residências, reunindo a população com faixa de renda de até 1.600 reais nesta área e reforçando, como citou Silva (2005), o estigma de “lugar para famílias de menor renda”. Estão situados na zona norte, cinco conjuntos habitacionais provenientes do PMCMV destinados à Faixa 1 (Figura 5).

Figura 5: Localização dos conjuntos habitacionais provenientes do PMCMV destinados à Faixa 1, na zona norte.



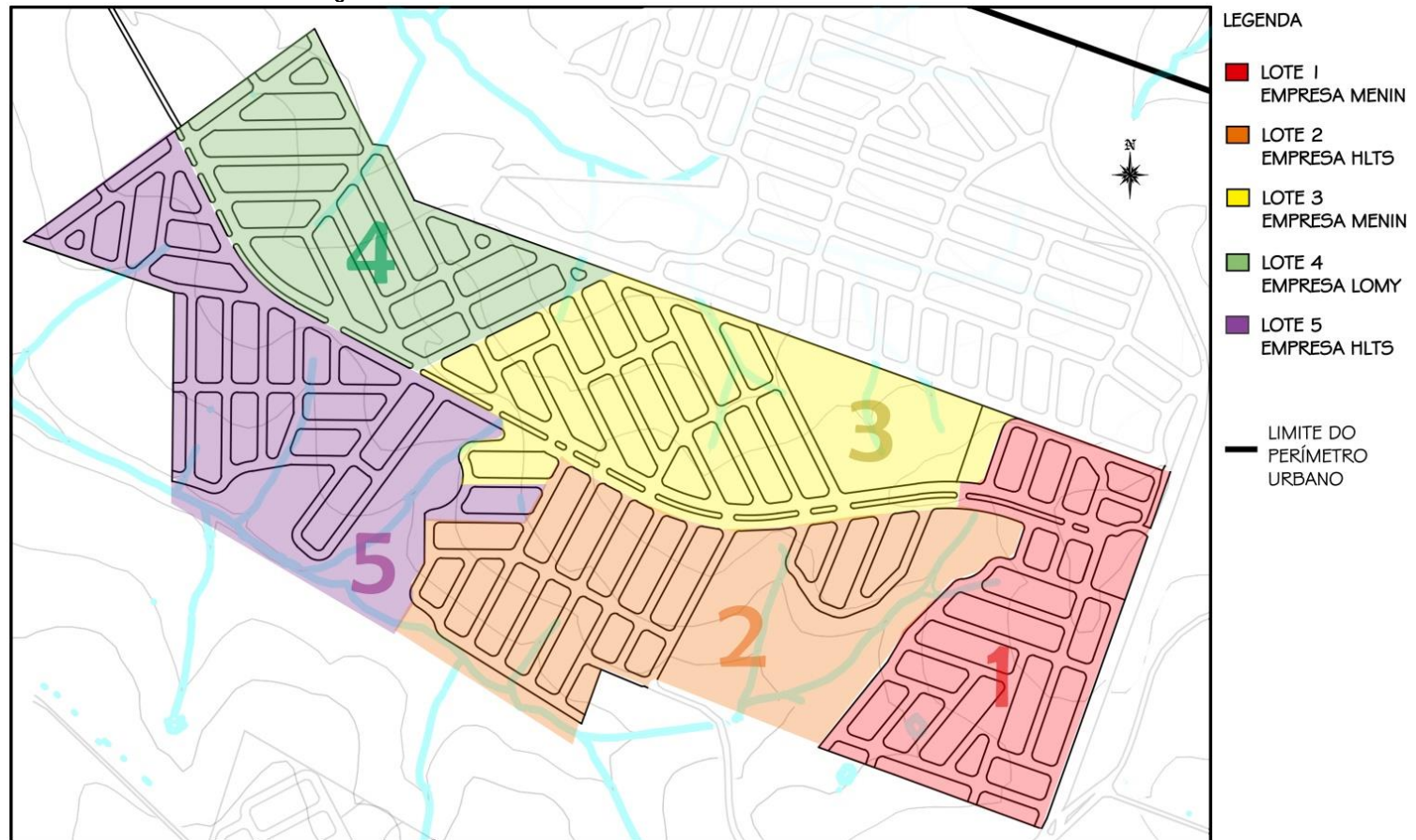
Fonte: SANTOS (2016).

Observando a distribuição dos lotes na Figura 5, pode-se identificar os 5 conjuntos habitacionais: Residencial Jardim Panorâmico representado pelo número 9, com implantação em 2014 e constituído por 330 unidades; Residencial Tapajós representado pelo número 7, implantação em 2013, com 221 unidades; Residencial Bela Vista I representado pelo número 8, com 162 unidades (2014); Conjunto Habitacional Cremonesi representado pelo número 6 com 402 unidades (2014); e os cinco lotes contíguos (1 a 5) do Conjunto Habitacional João Domingos Netto (2015), somando 2.343 unidades.

5 CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO
DOMINGOS NETTO

Aprovado como se fossem cinco conjuntos diferentes, mas implantado como um único, o Conjunto Habitacional João Domingo Netto (CHJDN) está entre os maiores empreendimentos horizontais realizados pelo PMCMV. É composto por um total de 2.343 unidades habitacionais e foi construído por três diferentes construtoras. A Figura 6 apresenta a divisão dos lotes e o Quadro 1, produzido segundo dados oferecidos pela Caixa Econômica Federal, apresenta as informações de cada lote.

Figura 6: Divisão dos lotes do CHJDN em Presidente Prudente/SP.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

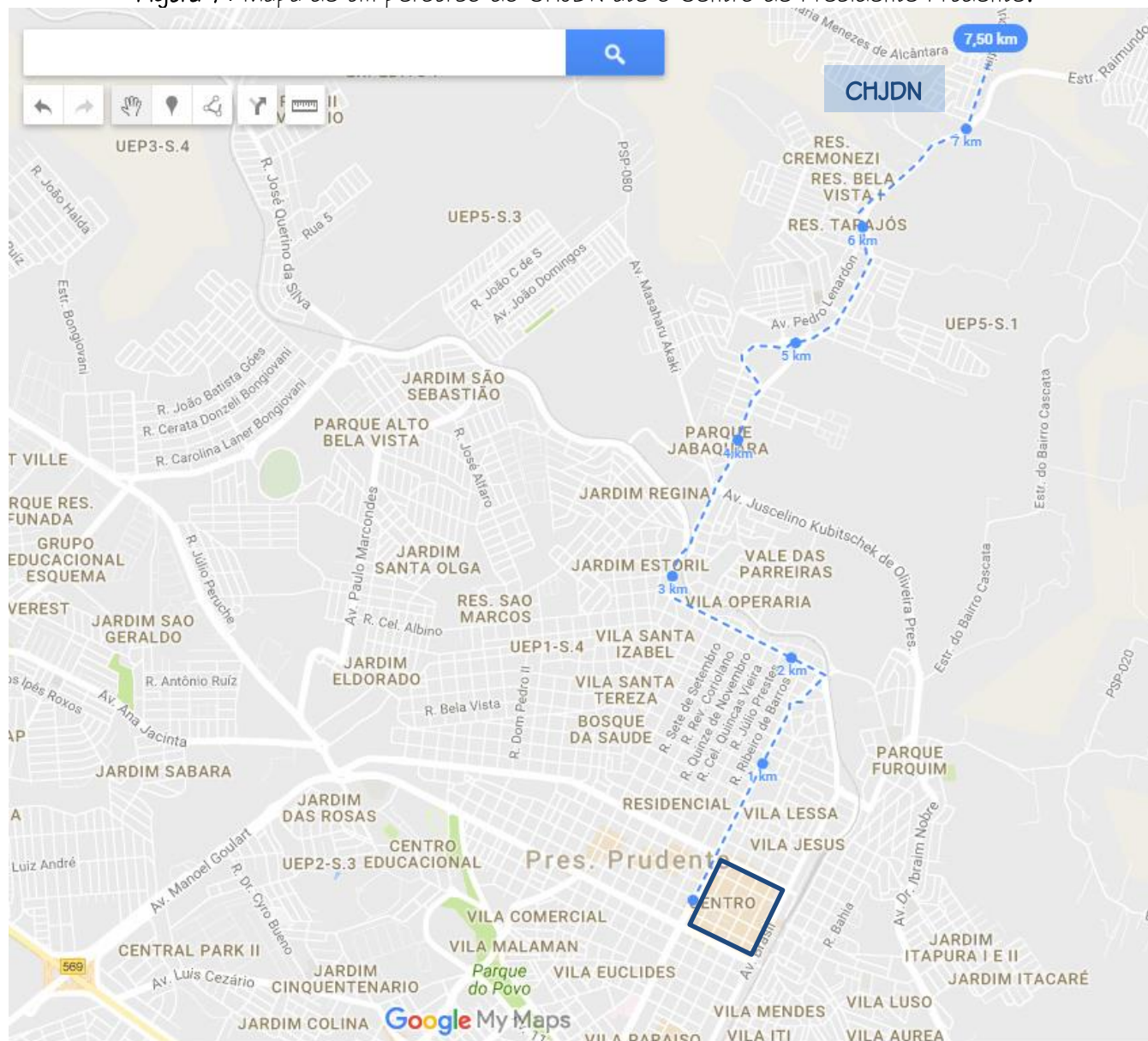
Quadro 1: Dados informativos da construção das unidades habitacionais do CHJDN.

LOTES	CONSTRUTORA RESPONSÁVEL	QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS	ÁREA DAS UNIDADES HABITACIONAIS	INVESTIMENTO EMPREENDIDO	AVALIAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – Lote 1	<u>Menin</u> LTDA	484 casas	43,6m ²	R\$ 32,1 milhões	R\$ 66,3 mil
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – Lote 2	HLTS	483 casas	44,5m ²	R\$ 31,4 milhões	R\$ 65,2 mil
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – Lote 3	<u>Menin</u> LTDA	466 casas	43,6m ²	R\$ 30,5 milhões	R\$ 65,6 mil
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – Lote 4	<u>Lomy</u> Engenharia	444 casas	43,6m ²	R\$ 29,5 milhões	R\$ 66,4 mil
Conjunto Habitacional Jardim João Domingos Netto – Lote 5	HLTS	466 casas	44,58m ²	R\$ 31,1 milhões	R\$ 66,6 mil

Fonte: Caixa Econômica Federal.

Assim como a maioria dos conjuntos habitacionais do PMCMV (Faixa 1), o CHJDN se configura por uma produção padronizada e em larga escala, desarticulada da realidade local, mal inserida e isolada da cidade (ROLNIK, 2014). O conjunto dista do centro aproximadamente 7,5 quilômetros (Figura 7).

Figura 7: Mapa de um percurso do CHJDN até o Centro de Presidente Prudente.



Fonte: Google My Maps (2017).

Apesar de ter sido inaugurado há 3 anos, em 16/09/2015, na Figura 8 é possível observar o dinamismo provocado pela apropriação dos moradores, em reação à padronização e monofuncionalidade que lhes foram impostas. Essas observações podem ser verificadas na pesquisa de iniciação científica realizada, mencionada no início deste trabalho (“Quando novos personagens entram em cena: estudo do Conjunto Habitacional João Domingos Netto (Presidente Prudente – SP), a partir das mudanças introduzidas por seus moradores”²), a qual buscou identificar as intervenções realizadas nas habitações e nos espaços coletivos pelos moradores a partir de observações de campo e entrevistas com moradores.

Figura 8: Vistas aéreas do CHJDN no ano de 2015 e 2017.



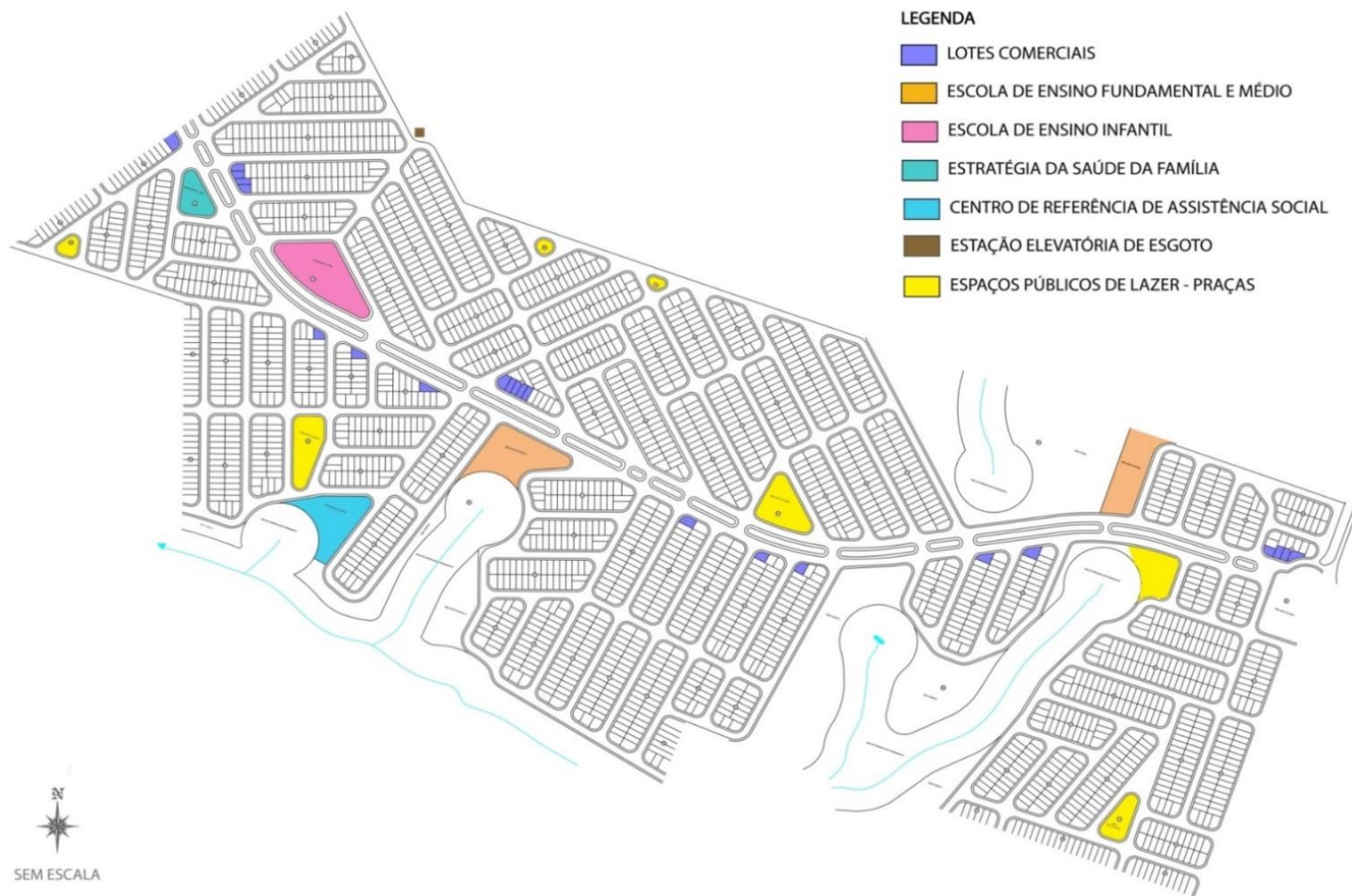
Fonte: Google Earth (2017), modificado pela autora (2018).

Na Figura 9, foram demonstradas as localizações das infraestruturas e equipamentos públicos do conjunto como: a Estratégia de Saúde da Família (em funcionamento), o Centro de Referência de Assistência Social (projeto), as escolas de ensino fundamental e médio (em construção), a Escola de Educação Infantil (em

² Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/bolsas/163257/quando-novos-personagens-entram-em-cena-estudo-do-conjunto-habitacional-joao-domingos-netto-presid/>>.

funcionamento) e a Estação Elevatória de Esgoto (em funcionamento). Foram deixados lotes comerciais que serão leiloados posteriormente.

Figura 9: Localização das infraestruturas e equipamentos públicos do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

6 O TRABALHO

O desenvolvimento deste trabalho partiu de análises e proposições realizadas no entorno do CHJDN, em seus espaços públicos e em suas praças. Este processo de análise colaborou para a escolha da área para qual se destinou o projeto final deste trabalho, mas sobretudo foi importante para expor o cenário da periferia norte de Presidente Prudente, no qual o modelo rodoviarista impera e os espaços livres de lazer são escassos.

6.1 ANÁLISES E PROPOSIÇÕES

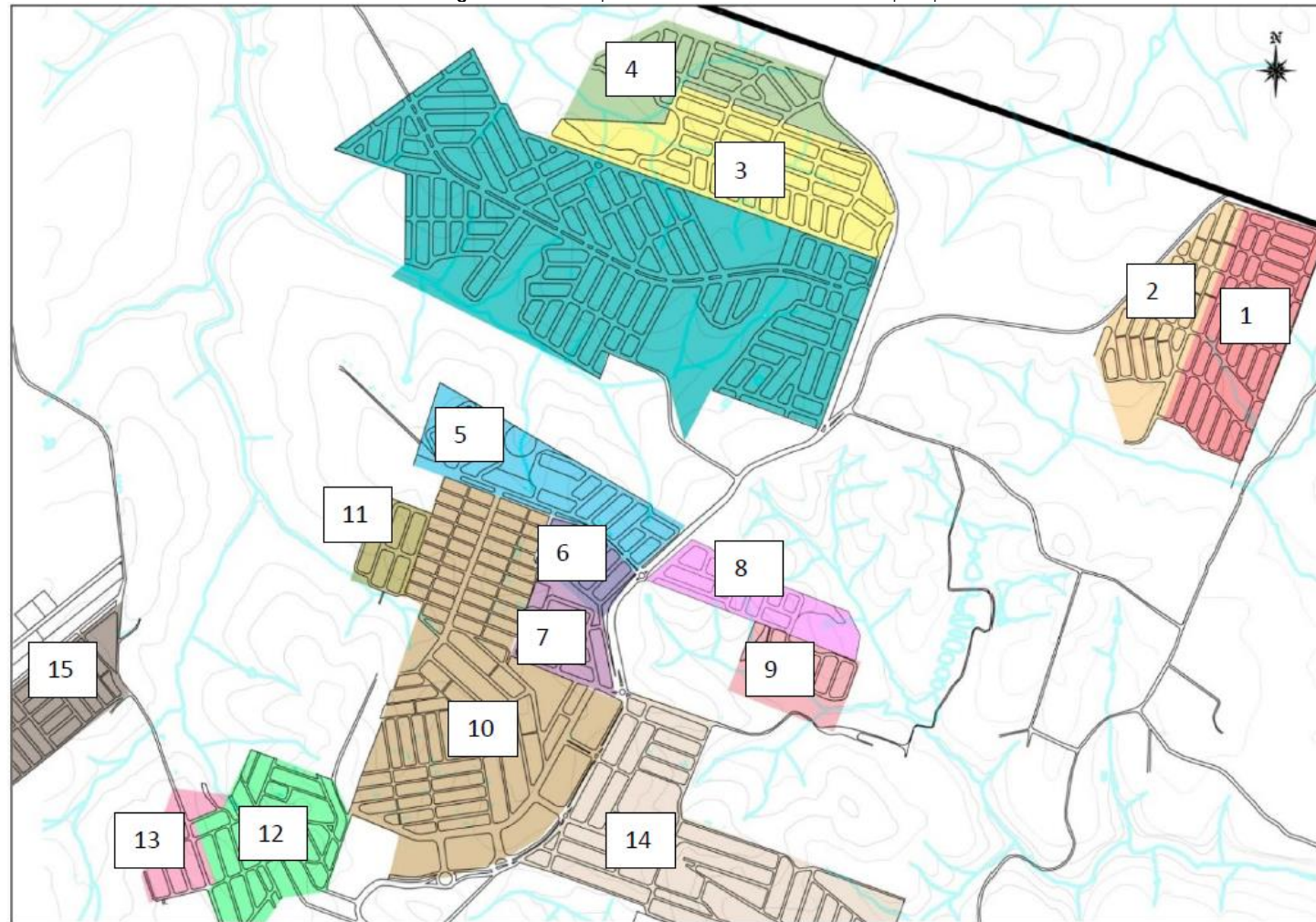
Para a realização das análises e proposições, esta seção foi dividida em três partes. Primeiramente, foi apresentado o entorno do CHJDN e discutido aspectos relacionados com a integração entre os bairros. Na sequência, a análise se direciona para o CHJDN e são caracterizados os espaços públicos, como a malha viária, as calçadas e as áreas livres de lazer. Por fim, são identificadas as praças existentes no conjunto.

6.1.1 O ENTORNO DO CHJDN

O recorte territorial proposto da porção da zona norte de Presidente Prudente em que se situa o CHJDN é apresentado na Figura 10. Apresentam-se os seguintes bairros em seu entorno de acordo com as legendas: Parque Francisco Belo Galindo (1), Jardim Morada do Sol (2), Conjunto Habitacional Cremonezi (5), Residencial Bela Vista I (6), Residencial Tapajós (7), Conjunto Habitacional Brasil Novo (10), Residencial Novo Horizonte (11), Parque Watal Ishibashi (12), Residencial Monte Rey (13), Parque Alexandrina (14), e Conjunto Habitacional Humberto Salvador (15), além dos Residenciais Maragoni (3), Residencial Tamoios (4) e Residenciais Brisas do Monte (8) e Brisas do Bosque (9), que estão em fase de arruamento (Figura 10).

Apesar da proximidade, os loteamentos estão pouco interligados entre si e ainda a presença de vazios urbanos extensos, em coloração branca na Figura 10, colabora para essa desconexão. Nesse sentido, sugere-se que a integração entre esses bairros se pautar, fundamentalmente, através de infraestruturas públicas relacionadas ao lazer e à circulação.

Figura 10: Mapa do recorte territorial proposto.



LEGENDA

■ PQ. FRANCISCO BELO GALINDO	■ RESID. TAMOIOS	■ RESID. BELA VISTA I	■ RESID. BRISAS DO BOSQUE	■ PQ. WATAL ISHIBASHI	■ C.H. HUMBERTO SALVADOR
■ JD. MORADA DO SOL	■ C.H. JOÃO D. NETTO	■ RESID. TAPAJÓS	■ C.H. BRASIL NOVO	■ RESID. MONTE REY	— LIMITE DO PERÍMETRO URBANO
■ RESID. MARAGONI	■ RESID. CREMONEZI	■ RESID. BRISAS DO MONTE	■ RESID. NOVO HORIZONTE	■ PQ. ALEXANDRINA	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A) Integração através de infraestruturas públicas relacionadas ao lazer

Sob a perspectiva do lazer, foram levantados, através de registros fotográficos e interações com moradores em visitas a campo, os principais espaços públicos de cada bairro (Figura 11).



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

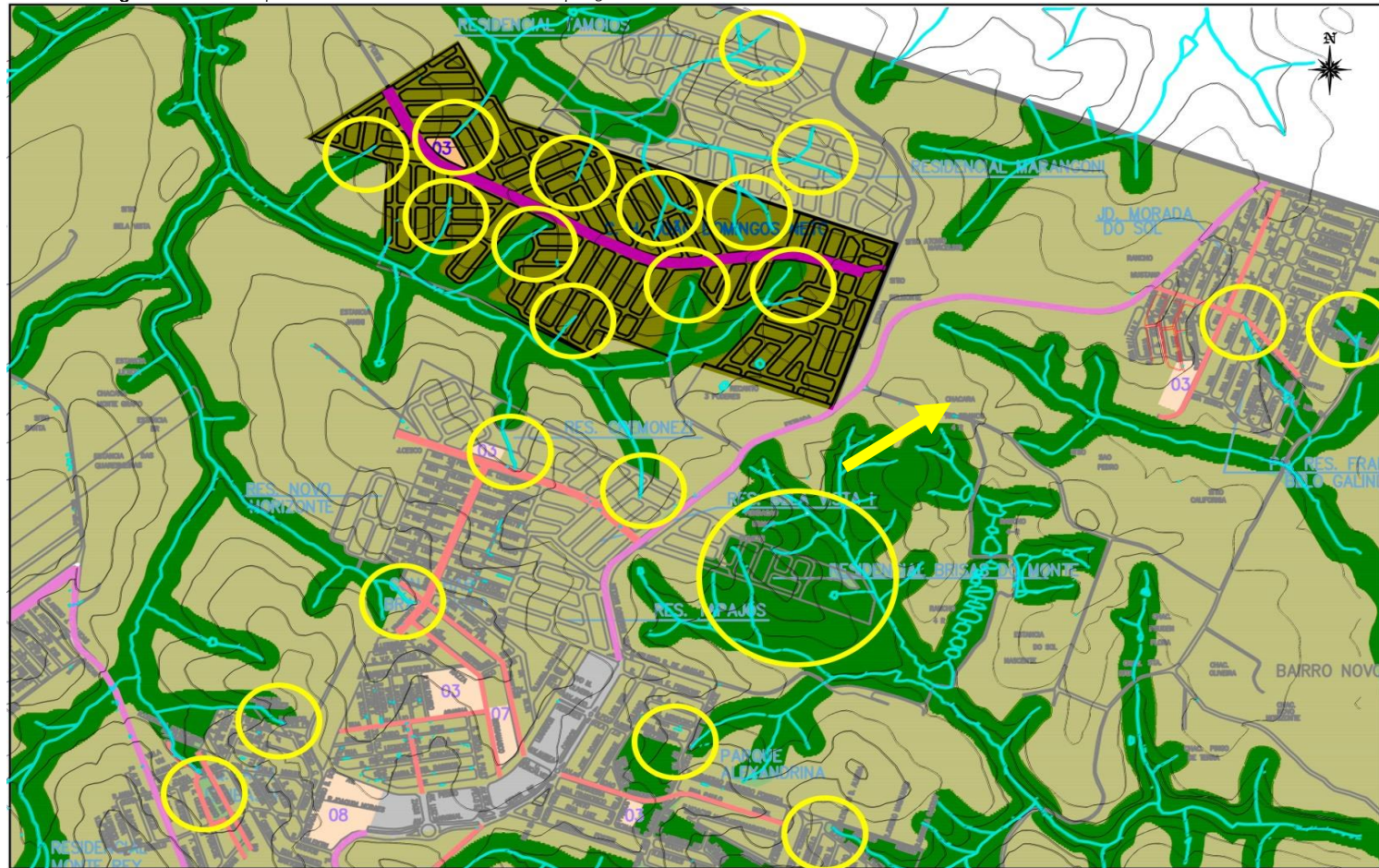
A partir do levantamento, observou-se que os espaços públicos de lazer, as praças, são insuficientes em termos de quantidade. Em termos de qualidade, nota-se a similaridade entre as infraestruturas, que parecem carimbadas e não favorecem a diversidade de usuários de diferentes faixas etárias a compartilhar o mesmo espaço público. Ainda observa-se a falta de arborização, principalmente, levando em conta que o clima é quente e temperado durante todo o ano em Presidente Prudente.

Considerando essa necessidade de mais espaços públicos de lazer, adequados e que possam ser comuns aos moradores dos bairros deste contexto, propõe-se o aproveitamento de áreas próximas às Áreas de Preservação Permanente (APPs) para a constituição de um parque público urbano.

Segundo a Lei Nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, Art. 3º, Área de Preservação Permanente (APP) são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Dessa forma, a partir do mapa de Zoneamento e Ocupação do Solo proposto pela Equipe Técnica da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação e disponibilizado pela Prefeitura Municipal da cidade, foram identificadas as APPs no recorte territorial proposto (Figura 12).

Figura 12: Mapa de Zoneamento e Ocupação do Solo do recorte territorial da zona norte de P. Prudente.



LEGENDA

ZR4
Zona Residencial de Media Densid. Populacional de Interesse Social e ocupação horizontal e vertical de até 02 pavimentos.

ZC52
Zona de Comércio e Serviço de Eixos Viários, de ocupação vertical

ZC53
Zona de Comércio e Serviço de Vias Principais e Secundárias de bairro e região

ZI1
Zona de Industrias Não Polutivas

ZPPA
Zona de Preservação e Proteção Ambiental

ZE
Zona Especial

IRREGULARIDADES NA APP

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A Figura 12 destaca as APPs, que estão denominadas como Zonas de Preservação e Proteção Ambiental (ZPPAs) pela legenda do Mapa de Zoneamento e Ocupação do Solo. De acordo com a Lei Nº 12.651/2012 (Art. 7º / § 8º), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, a intervenção ou supressão de vegetação nativa da APP só ocorre em hipóteses de utilidade pública (como interesse social, esportes, lazer, atividades educacionais e culturais ao ar livre ou atividade de baixo impacto ambiental). Ainda conforme a lei, no Art. 4º, inciso I e IV, verifica-se que para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura devem ser deixadas faixas marginais de largura mínima de 30 metros e para nascentes, qualquer que seja a situação topográfica, deve ser deixado um raio mínimo de 50 metros.

Através da análise do Mapa de Zoneamento e Ocupação do Solo e o regime de proteção das APPs segundo a legislação, identificam-se irregularidades, que foram circunscritas em cor amarela na Figura 12. Observando essas irregularidades (Figura 13), nota-se que, com exceção do Jardim Morada do Sol (2) e do Conjunto Habitacional Humberto Salvador (15), as APPs sofreram intervenções e tiveram sua vegetação nativa suprimida em todos os demais loteamentos.

A despeito de a legislação considerar a possibilidade de intervenção por motivo de utilidade pública (interesse social), observa-se que as irregularidades nessas áreas ocorrem em razão da realização de pavimentação de ruas e edificações privadas. Estes casos demonstram como o planejamento urbano desenvolvido pelo poder público municipal desconsidera, além da própria legislação vigente, a possibilidade de articular os recursos ambientais com a qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, propõe-se uma área para um projeto de parque público, que ofereça integração entre os bairros deste recorte territorial, bem como espaços de lazer e saúde para usufruto de seus moradores. A Figura 13 apresenta uma vista aérea do recorte territorial, mostrando a situação atual do local e a demarcação de uma possível área para o projeto de um parque público.

Figura 13: Vista aérea do recorte territorial com demarcação da área sugerida para projeto de parque público.



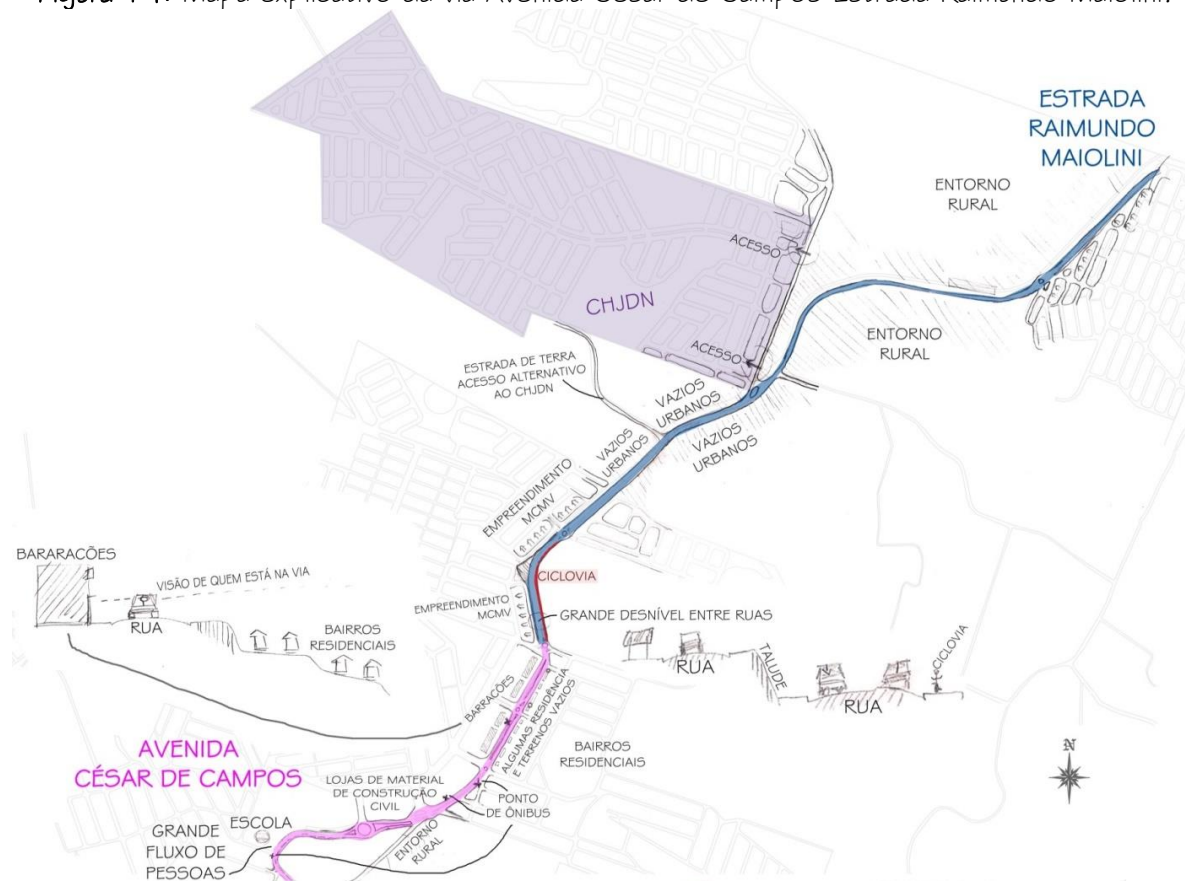
Fonte: Google Earth (2018), modificado pela autora (2018).

B) Integração através de infraestruturas públicas relacionadas à circulação

A respeito desta perspectiva, através de visitas a campo e leituras de imagens satélites pelo Google Earth, foi realizada uma análise caracterizando a atual malha viária.

A Figura 14 apresenta a caracterização da Avenida César de Campos-Estrada Raimundo Maiolini, considerada a principal via distribuidora de fluxo do recorte territorial.

Figura 14: Mapa explicativo da via Avenida César de Campos-Estrada Raimundo Maiolini.

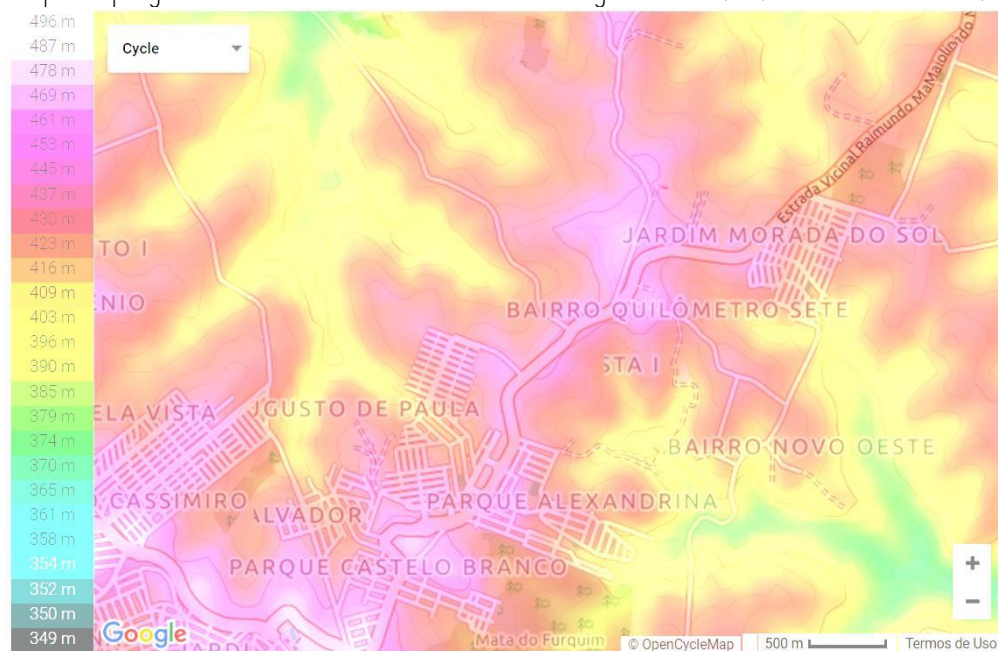


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A Avenida César de Campos (em coloração rosa na Figura 14), na maior parte de sua extensão, apresenta seis pistas de rolamento com dois canteiros centrais. A Estrada Raimundo Maiolini (em coloração azul na Figura 14), que se origina a partir da Avenida César de Campos, é composta, na maior parte de sua extensão, por quatro pistas de rolamento e um canteiro central.

Em razão da Avenida César de Campos estar estabelecida na cota mais elevada da topografia (Figura 15), ao transitar por ela, praticamente não é possível identificar os bairros residenciais que estão adjacentes, como o Conjunto Habitacional Brasil Novo e o Parque Alexandrina. Em seu entorno, foram identificados vários galpões industriais, grandes estabelecimentos comerciais relacionados aos setores automobilísticos e de construção civil e alguns pequenos estabelecimentos comerciais direcionados ao consumo cotidiano.

Figura 15: Mapa topográfico do recorte territorial da região da zona norte de Presidente Prudente.



Fonte: Open Cycle Map (2017).

Apesar de a Estrada Raimundo Maiolini ser a continuidade da Avenida César de Campos e, portanto, estar na mesma situação topográfica (Figura 14), é possível identificar os bairros que estão adjacentes a ela, como Residencial Tapajós, Residencial Bela Vista I, Conjunto Habitacional Cremonuzzi, CHJDN e Jardim Morada do Sol. Entretanto, a continuidade visual entre um lado e outro da via e a possibilidade de travessia é dificultada por um talude (canteiro central que divide a via ao meio) (Figura 16). O seu entorno caracteriza-se por uma mistura do meio rural com uma paisagem de “mar de casas”, devido às implantações padronizadas dos conjuntos do programa MCMV.

Figura 16: Vista parcial da via Estrada Raimundo Maiolini.

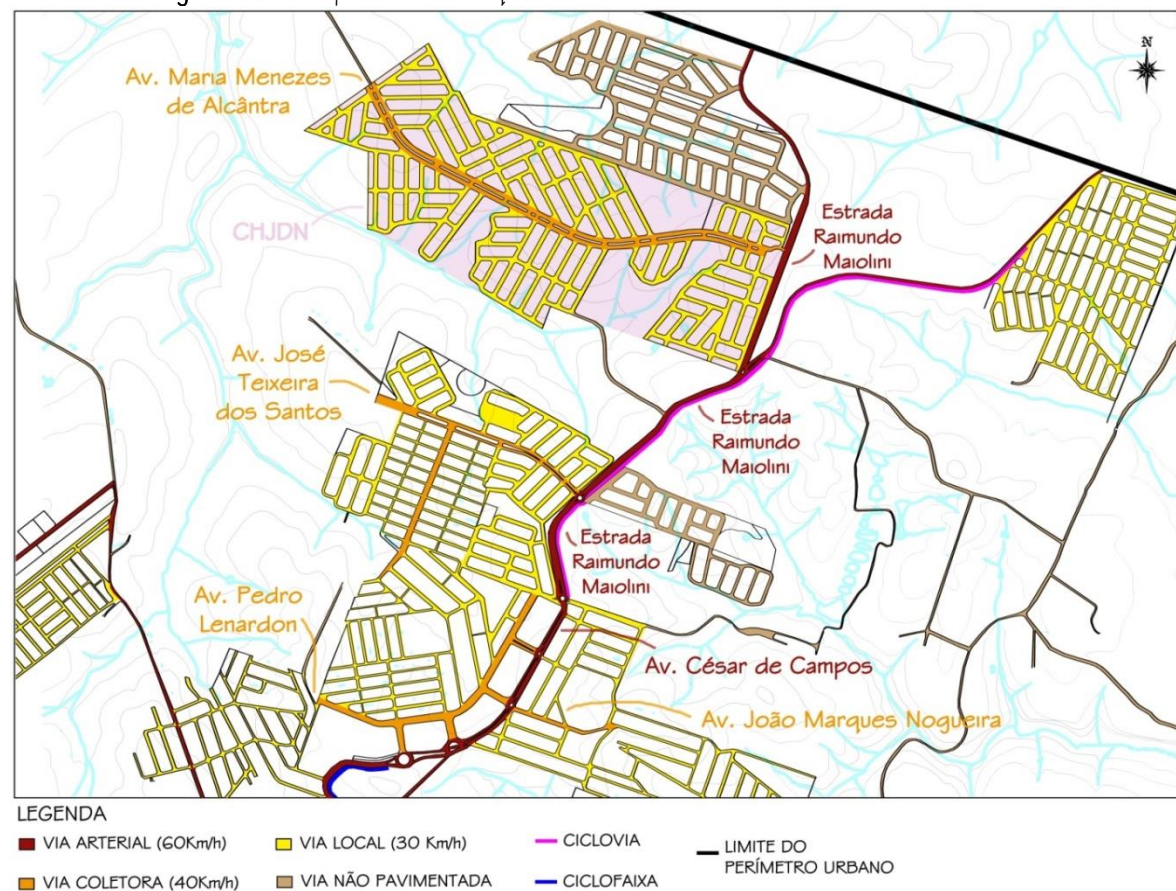


Fonte: Autora (2017).

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, Nº 9.503/ 1997, a via arterial é caracterizada por interseções em nível, com acessibilidade aos lotes lindeiros (situados ao longo das vias urbanas ou rurais), possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade (velocidade máxima permitida é 60 km/h); a via coletora é aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito arteriais

(velocidade máxima permitida é 40 km/h); as vias locais são apenas ao acesso local, com interseções em nível e não semaforizadas (velocidade máxima permitida é 30 km/h); a ciclofaixa é parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica, e a ciclovia é uma pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum. Através de visitas a campo e levantamentos das placas de trânsito encontradas em cada via, foi elaborado um mapa de hierarquia de vias (Figura 17).

Figura 17: Mapa de hierarquia de vias do recorte territorial estudado.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Além destas vias de circulação, foram identificadas uma ciclofaixa, na Avenida César de Campos, e uma ciclovia, na Rodovia Raimundo Maiolini. Apesar de não estar conectada com a ciclofaixa, a ciclovia oferece uma possibilidade de integração entre bairros, na medida em que permite, de maneira segura, a circulação a pé ou por diferentes modais, como bicicletas, patinetes, patins e skates. Para além da circulação, é uma alternativa para atividades de lazer e esporte, como caminhadas. A ciclovia foi implantada recentemente³ e apresenta boas condições, contudo, ainda não há vegetação para o sombreamento ao longo do percurso (Figura 18).

Figura 18: Vista da ciclovia em uma das vias do recorte territorial estudado.



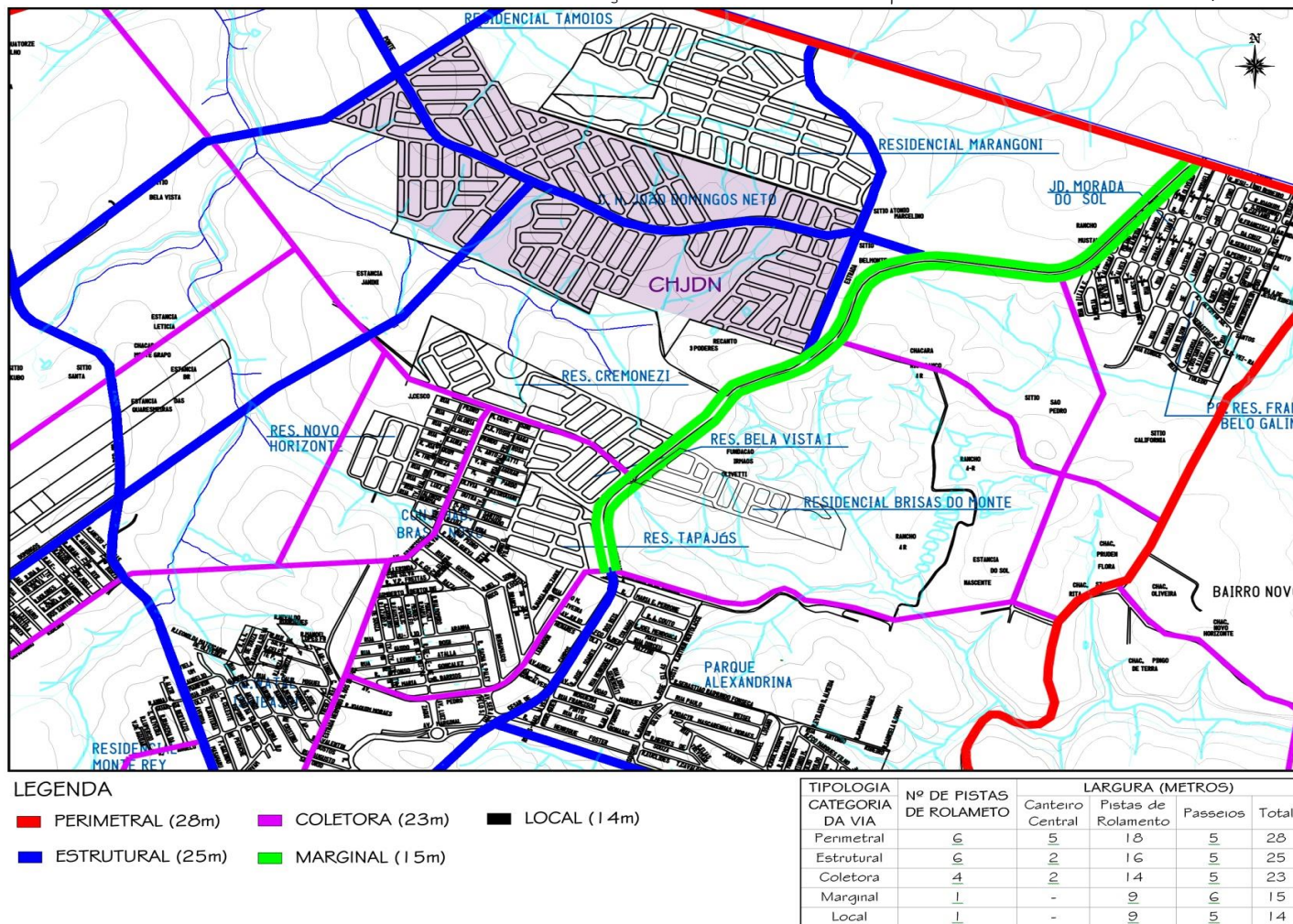
Fonte: Autora (2017).

Considerando, a partir das informações apresentadas, a pouca conexão que as vias de circulação desse recorte territorial oferecem para favorecer a integração entre bairros, foi feita uma busca para investigar se haveriam futuros planos que recuperassem essa fragmentação. Foi encontrado o mapa Sistema Viário 2016, um projeto proposto para sistema viário da cidade realizada pela Equipe Técnica da Secretaria de

³ No dia 28/12/2017 de acordo com a notícia "Prefeito entrega melhorias na Raimundo Maiolini; via está duplicada e com ciclovia". Disponível em: < <http://www.presidentepudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=34686> > .

Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação órgão oficial da Prefeitura Municipal desenvolvido em 2016 (Figura 19).

Figura 19: Projeto de Sistema Viário 2016 (proposto pela Equipe Técnica da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente).



Fonte: Prefeitura de Presidente Prudente.

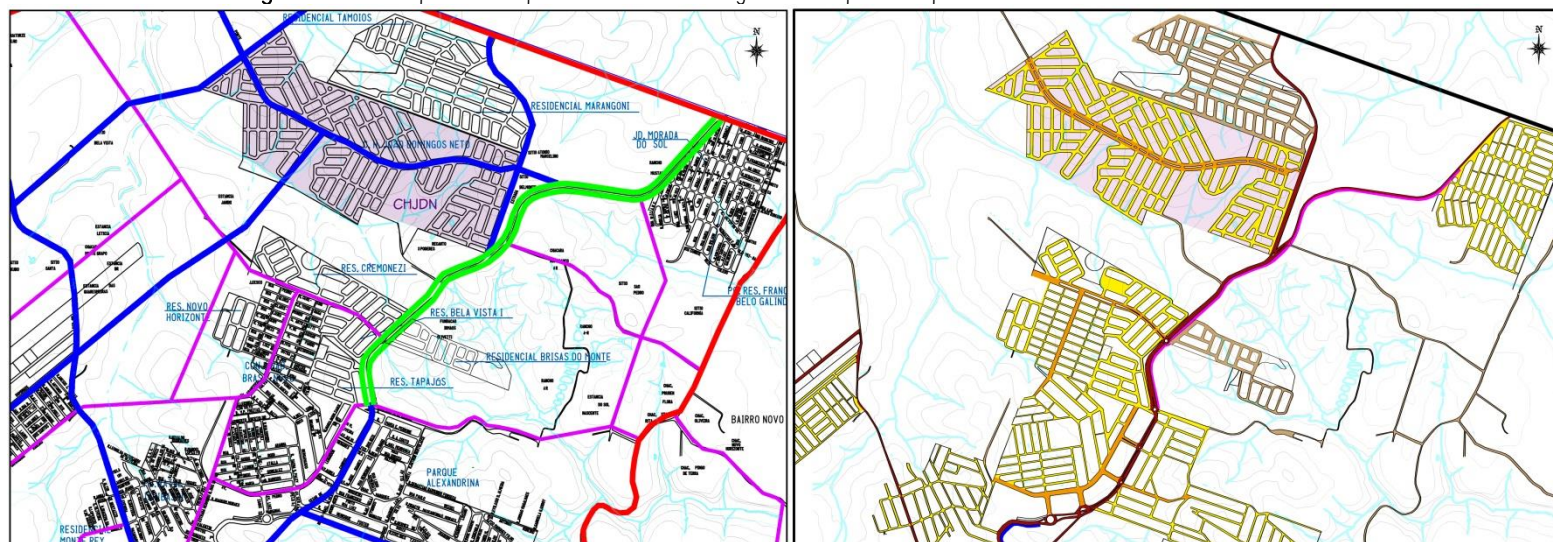
Na Figura 19, observa-se que a dimensão foi o critério utilizado para a hierarquização de vias. Avaliando a tabela que descreve as dimensões viárias segundo a tipologia, nota-se que há uma desproporção entre o espaço dos carros e dos pedestres. Na hierarquia, enquanto as metragens das vias tendem a aumentar, as metragens dos passeios pouco se modificam. Mesmo em vias compostas por 6 pistas de rolamento (18 metros de extensão), os passeios continuam com as mesmas dimensões que teriam em vias compostas por 1 pista de rolamento (9 metros de extensão), ou seja, 5 metros de largura (2,5m em cada lateral).

A despreocupação em relação ao espaço do pedestre na proposta realizada demonstra o desconhecimento do potencial que as calçadas podem proporcionar à vida urbana. O fluxo recorrente de pedestres nas cidades não ocorre espontaneamente. Essa condição só é alcançada por meio de oportunidades concretas e planejadas, por estratégias que possibilitem que as pessoas circulem com mais conforto e prazer. A vida nas calçadas pode colaborar para a manutenção da segurança pública nas cidades, garante a presença da população na rua.

Assim, sugere-se a revisão da proposta de sistema viário, considerando aspectos que colaborem com os pedestres e para melhorar a condição de caminhar a pé e manter e promover o desenvolvimento da vida urbana na escala micro.

A fim de comparar a proposta viária disponibilizada pelo poder público municipal e a realidade atual elaborou-se a Figura 20, que dispõe de ambos os mapas apresentados anteriormente.

Figura 20: Mapas comparativos do Projeto Proposto pela Prefeitura e realidade atual.



LEGENDA

- | | | | | |
|--------------------|------------------|---------------|-------------------------|-----------------------|
| ■ PERIMETRAL (28m) | ■ COLETORA (23m) | ■ LOCAL (14m) | ■ VIA ARTERIAL (60Km/h) | ■ VIA LOCAL (30 Km/h) |
| ■ ESTRUTURAL (25m) | ■ MARGINAL (15m) | | ■ VIA COLETORA (40Km/h) | ■ VIA NÃO PAVIMENTADA |

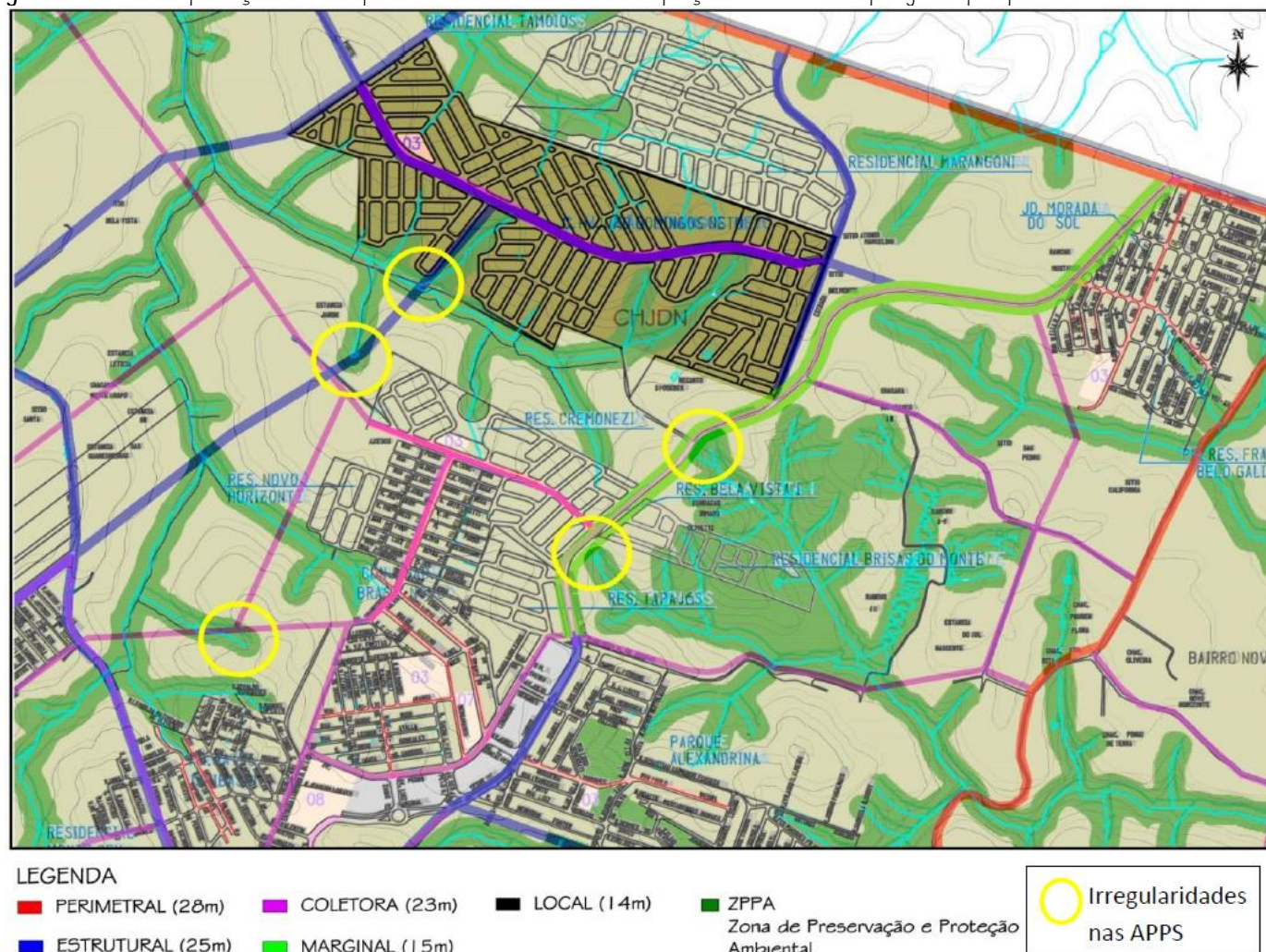
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Ao observar os mapas da Figura 20, nota-se que a Avenida César de Campos-Estrada Raimundo Maiolini, que atualmente é o principal eixo viário para distribuição de fluxo no recorte territorial, terá posição menos relevante se comparado a hierarquia de vias proposta.

Observa-se que serão criadas novas vias, classificadas nas tipologias estrutural e coletora, com 25 e 15 metros de extensão, em áreas que, nos dias de hoje, são vazios urbanos (área em coloração branca na Figura 20). Como resultado, a infraestrutura valorizaria novas áreas, favorecendo a especulação imobiliária nesta porção da cidade. Também é possível observar que algumas vias que atualmente são estradas de terra, serão transformadas em vias asfaltadas.

Para uma análise do ponto de vista ambiental, foi elaborada a Figura 21 através da sobreposição de dois mapas já apresentados nas Figuras 12 e 19.

Figura 21: Sobreposição do mapa de Zoneamento e Ocupação do Solo e projeto proposto de Sistema Viário.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Conhecendo a legislação, foram identificadas irregularidades, que estão circunscritas em cor amarela na Figura 20. As vias propostas estão em conflito com as APPs, atravessam nascentes e cursos d'água. Tendo isso em vista, sugere-se a revisão da proposta para o sistema viário de forma que sejam respeitadas as normas de proteção ambiental.

Direcionando esta análise para o CHJDN, na Figura 22 – que foi gerada a partir de um zoom da Figura 21 – foram circunscritas duas observações.

Figura 22: Zoom da Figura 20 para análise de irregularidades e sugestão de via em potencial.



LEGENDA

PERIMETRAL (28m)	COLETORA (23m)	LOCAL (14m)	ZPPA Zona de Preservação e Proteção Ambiental
ESTRUTURAL (25m)	MARGINAL (15m)		

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A primeira, circunscrita em cor amarela na Figura 22, destaca que a expansão que ocorrerá na via proposta (via estrutural) será em direção ao curso d'água, que já teve sua nascente prejudicada pelo loteamento e sofreria,

novamente, com esta intervenção. Além deste curso d'água, nota-se que as demais nascentes também foram ignoradas e as APPs tornaram-se barreiras entre as quadras do conjunto, em razão desarticulação do desenho das ruas.

A segunda observação, circulada em cor marrom na Figura 22, revela a presença de uma estrada de terra que conecta parte do CHJDN à Estrada Raimundo Maiolini. Este caminho poderia ser um acesso às porções mais centrais do conjunto, entretanto, foi desconsiderado na proposta de sistema viário realizada.

No projeto de loteamento do CHJDN foi previsto somente um “acesso” ao bairro (Figura 23). A Av. Maria Menezes de Alcântra seria o eixo viário principal, do qual as demais vias se ramificariam. Esta avenida faz conexão com a Estrada Raimundo Maiolini através da Estrada Irio Zuntini. A necessidade de mais acessos ao conjunto levou os moradores a criar um acesso improvisado (Figura 23).

Figura 23: Demonstração do acesso principal formal e informal do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

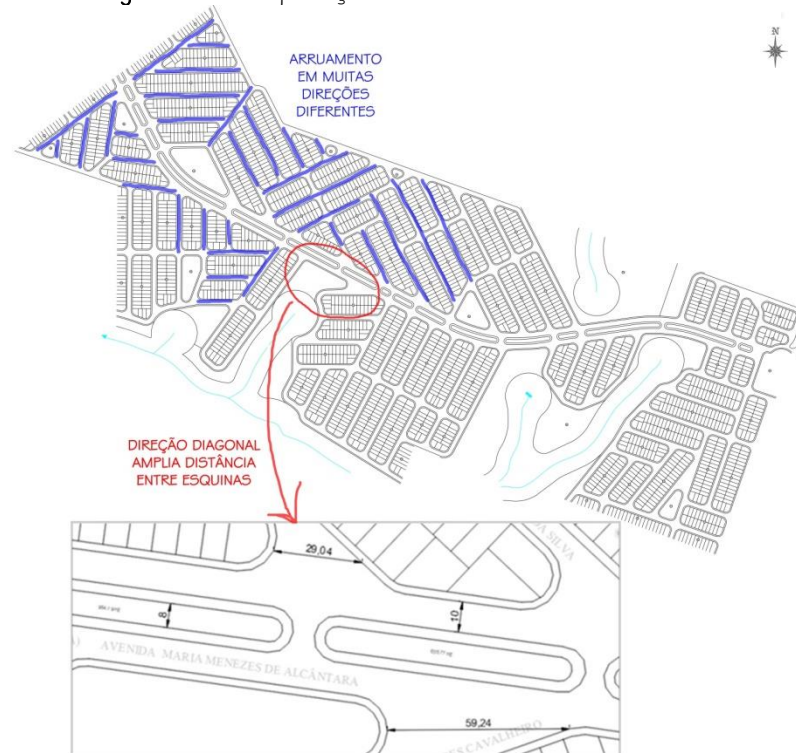
Tendo em vista que o CHJDN possui grandes dimensões e elevada concentração de pessoas e os acessos disponíveis atualmente não são suficientes para comportar o fluxo cotidiano, sugere-se a revisão da proposta de sistema viário, aumentando as possibilidades de acesso ao bairro, de modo a facilitar sua acessibilidade e possibilitar maior integração do CHJDN na malha urbana.

6.1.2 OS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CHJDN

O projeto do CHJDN por ter sido concebido através de diferentes construtoras, cujos projetos foram pautados nas dinâmicas mercadológicas apresenta um arruamento pouco efetivo do ponto de vista da qualidade urbana.

As quadras são longas, o que não incentiva a circulação de pedestre. Além disso, o arruamento não tem muita coerência, pois segue em uma direção até certo momento e depois assume direções diferentes (Figura 24). Na escala dos pedestres, este tipo de arruamento traz confusão e sensação de que se está perdido.

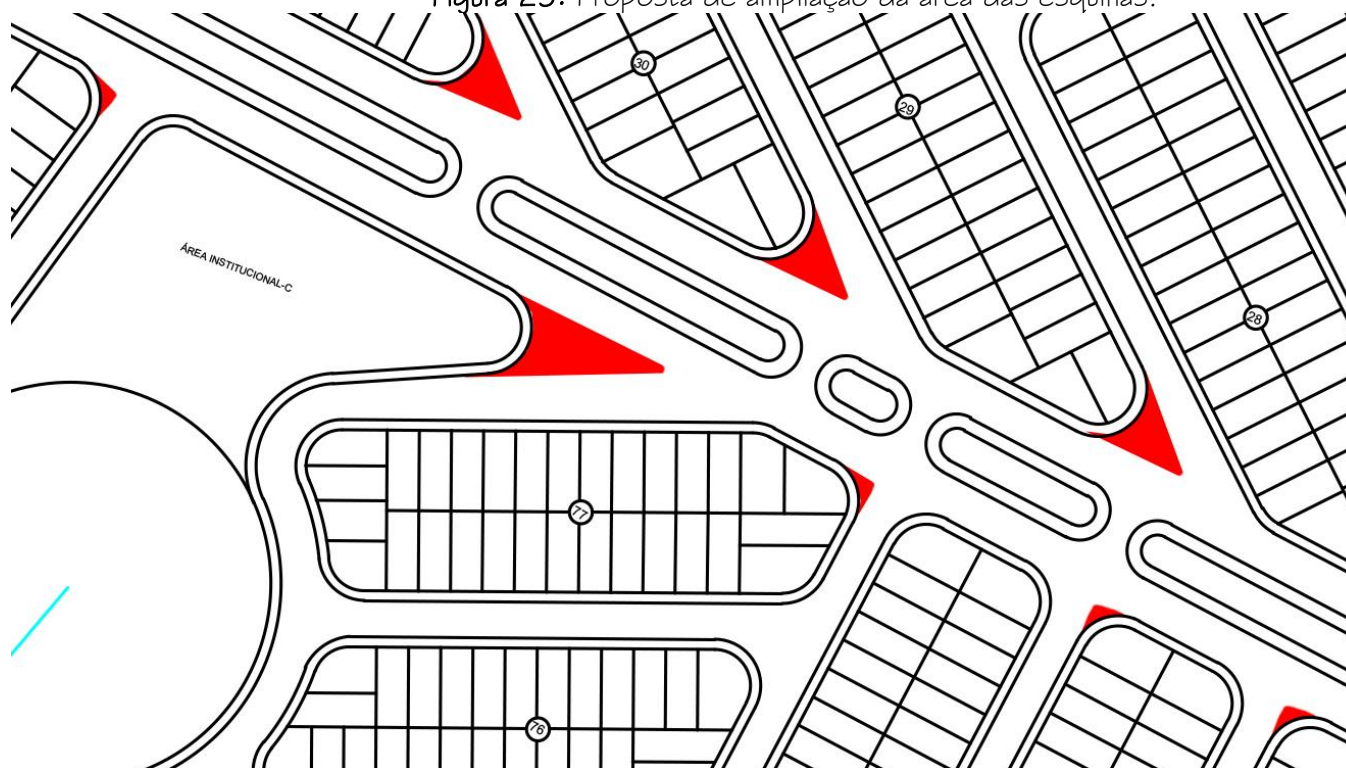
Figura 24: Disposição do arruamento do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Em vista disto, propõe-se que seja feito um realinhamento das esquinas, principalmente, na avenida principal, de forma a diminuir o espaço de circulação dos veículos, ampliar o espaço dos pedestres e valorizar esse local, que exerce grande papel na vida urbana (Figura 25). Com este mesmo propósito, sugere-se a ampliação das calçadas na Avenida Maria Menezes de Alcântara, visto que a via possui 10 metros de largura, tendo espaço para um aumento de pelo menos 0,5 metro (Figura 24). Propõe-se também o aproveitamento dos canteiros centrais da Avenida Maria Menezes de Alcântara, que possuem 8 metros de largura (Figura 24), como espaços de lazer, permanência e atividades esportivas.

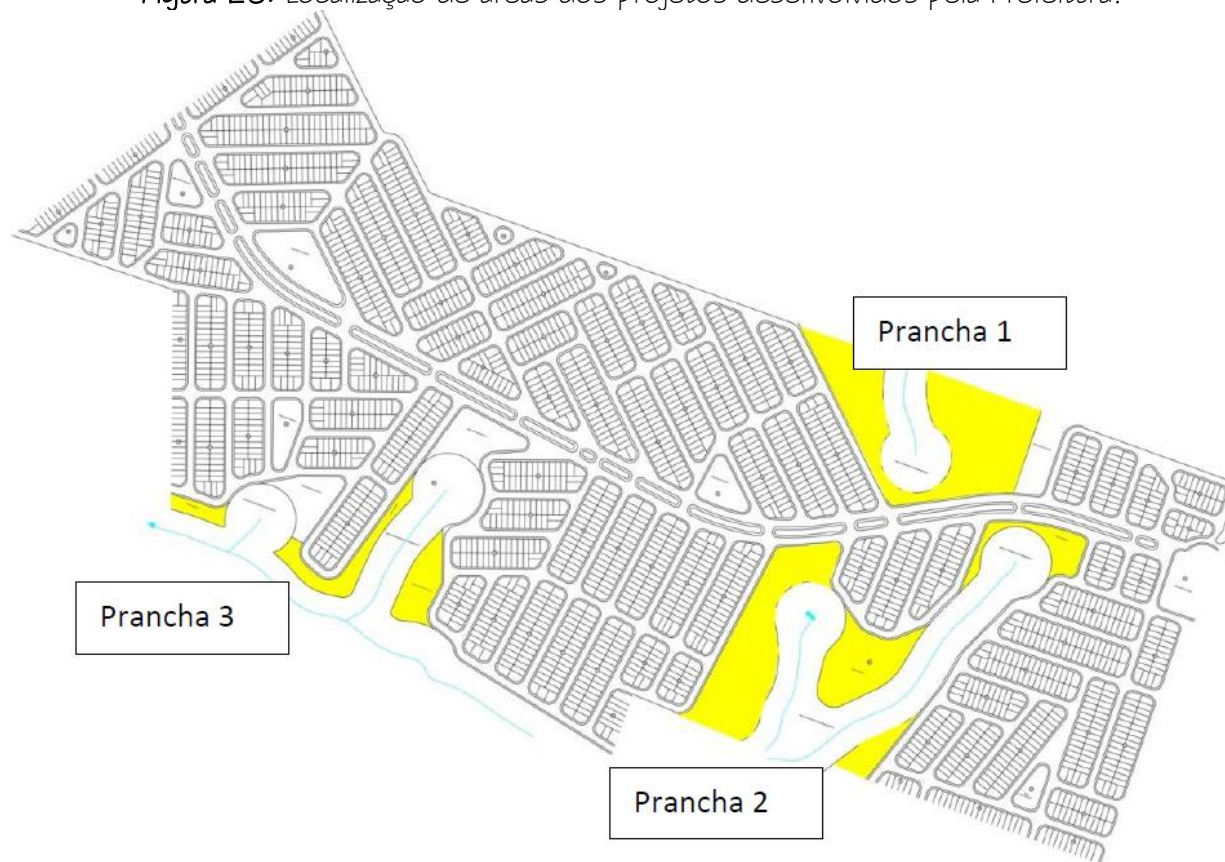
Figura 25: Proposta de ampliação da área das esquinas.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

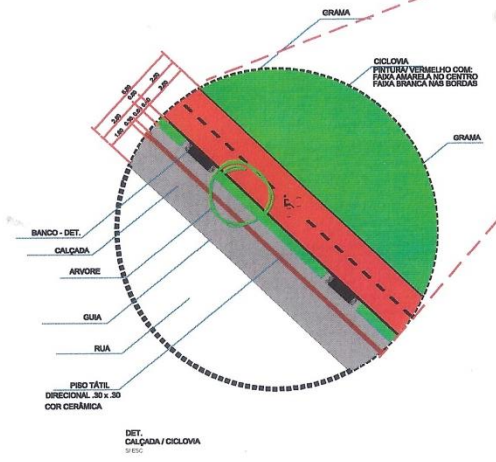
A Figura 26 demarca em amarelo a localização de áreas de lazer as quais se destinariam os projetos específicos a serem desenvolvidos pela Prefeitura, que não foram executados (Pranchas 1, 2, 3). Foram previstas instalações de mobiliários e pistas de ciclismo. Contudo, as instalações não foram realizadas e mesmo assim, se concentram em algumas extremidades e áreas extensas e ficam ausentes de qualquer qualificação, bem como promovem isolamento social.

Figura 26: Localização de áreas dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura.

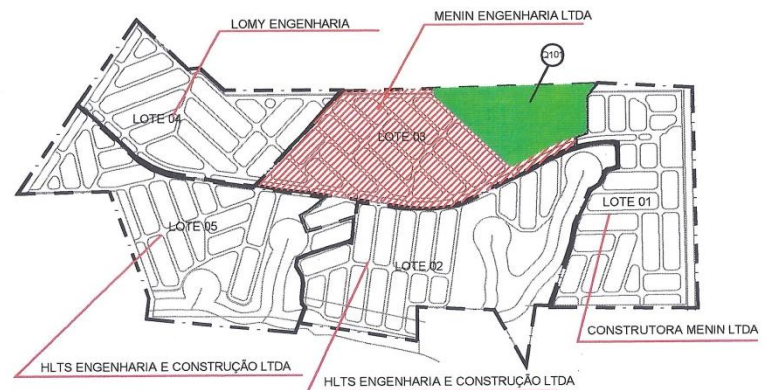


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

PRANCHA I



PLANTA QUADRA 101 ESC. 1:500

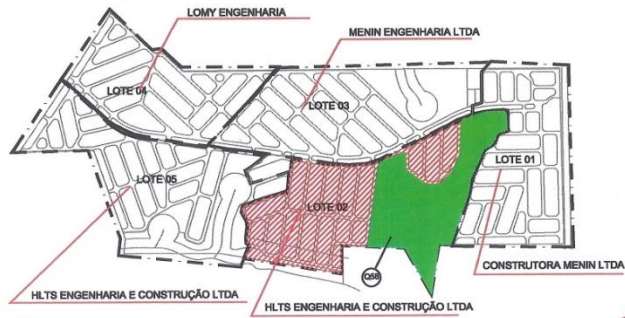


PLANTA LOCALIZAÇÃO 1:500

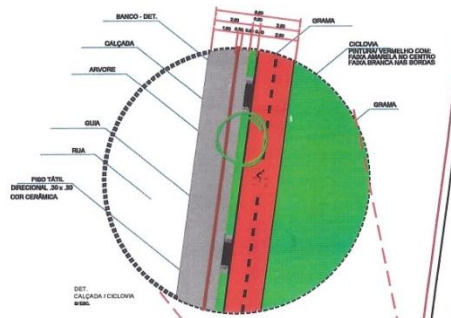
		PROJETO URBANÍSTICO <i>transfere da planejamento e habitação</i>	
PLANO DIRETOR DE URBANIZAÇÃO		04/07	
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FASE 1			
Autor: MILTON CARLOS DE MELO Elaborado por: LAERCIO ALCANTARA Rua do Rio Grande, 100 - JARDIM SÃO FRANCISCO - SÃO PAULO - SP		04/07 04/07 04/07	
LUIZ ABEL DOMINGOS BRONKH			
Rua: 100 - Fone: 011-3081-1000			
Cliente: CONDOMÍNIO SÃO JOÃO DOMINGOS NETO			
SITUAÇÃO 		Projeto: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE - CONDOMÍNIO SÃO JOÃO DOMINGOS NETO Endereço: Rua São João Domíngos, 100 - JARDIM SÃO FRANCISCO - PRESIDENTE PRUDENTE - SP Área: 2.800,00 m² Calçada: 2.800,00 m² Ciclovia: 2.800,00 m²	
Responsável Técnico:			

LEGENDA 	LEGENDA PISO TÁTIL DIRECIONAL 30 x 30 PISO TÁTIL DE ALBERTA 30 x 30 PISO TÁTIL DE ALBERTA 20 x 20 RAMPAS >= 2,5%	LEGENDA 	LEGENDA PERICULADO (DET. 02) BANCO (DET. 01) PONTO DE WI FI ÁRVORE A SER PLANTADA	LEGENDA GRAMA CALÇADA CONCRETO CICLOVIA ALAMBRADO POSTE - 04 PÉTALAS POSTE - 04 REFLETORES	LEGENDA ACADÊMIA PV TERCEIRA IDADE ACADÊMIA PV PRIMEIRA DADE ACADÊMIA PV CADEIRANTE ACADÊMIA PV JUVENTUDE
--------------------	---	--------------------	--	---	--

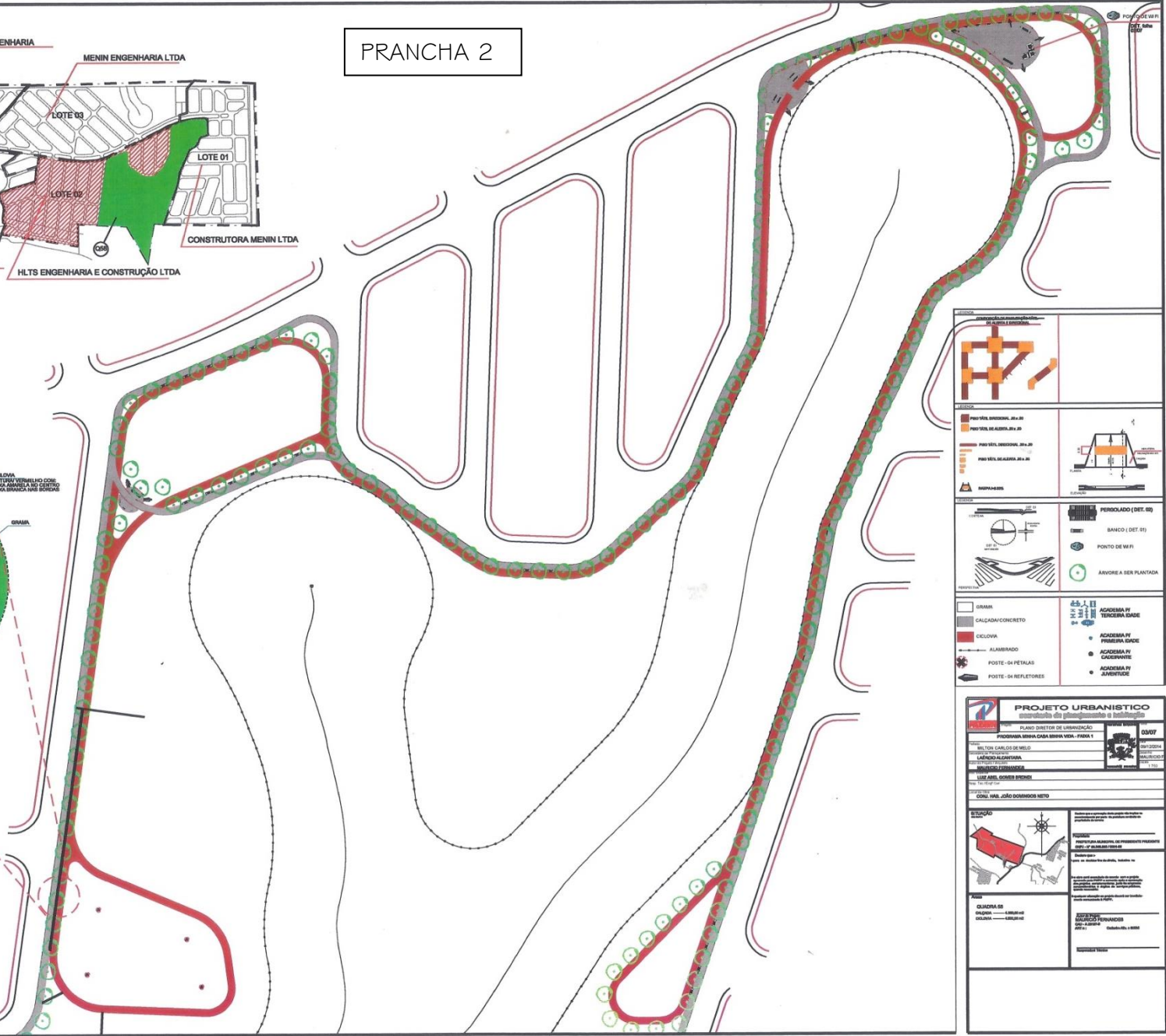
PRANCHA 2



PLANTA LOCALIZAÇÃO



PLANTA CALÇADA (1)



PROJETO URBANÍSTICO
CONSERVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E INSTALAÇÃO

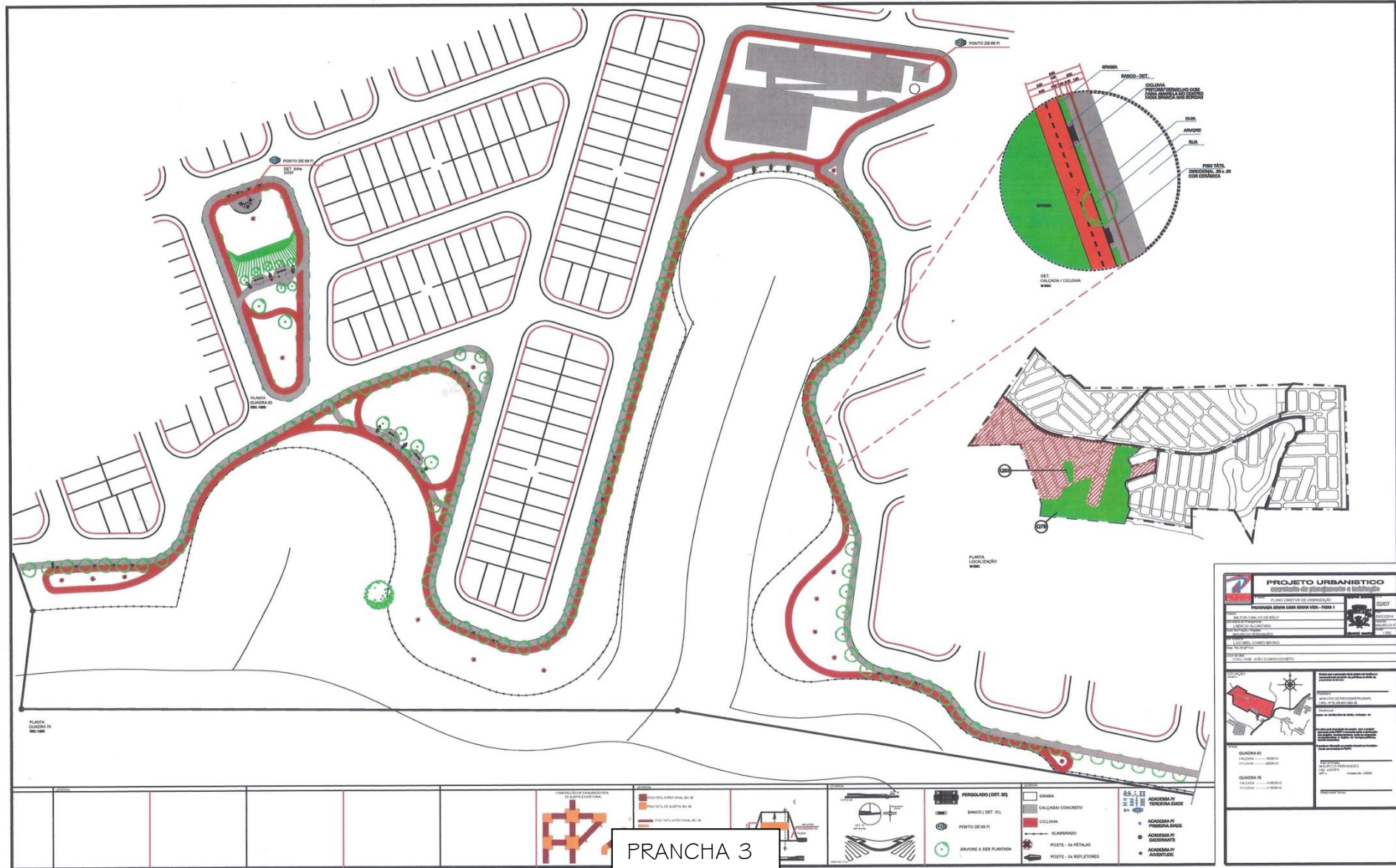
PLANO DIRETOR DE URBANIZAÇÃO
 PROPOSTA PARA O BARRIO TÁXIS - FASE 1

CONTEÚDO
 1. PLANO DIRETOR DE URBANIZAÇÃO
 2. PROJETO DE URBANIZAÇÃO
 3. PROJETO DE URBANIZAÇÃO
 4. PROJETO DE URBANIZAÇÃO

PROJETO URBANÍSTICO
 CONSERVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E INSTALAÇÃO

PROPOSTA PARA O BARRIO TÁXIS - FASE 1

CONTEÚDO
 1. PLANO DIRETOR DE URBANIZAÇÃO
 2. PROJETO DE URBANIZAÇÃO
 3. PROJETO DE URBANIZAÇÃO
 4. PROJETO DE URBANIZAÇÃO



6.1.3 AS PRAÇAS DO CHJDN

Os espaços públicos de lazer que não estavam adjacentes as APPs e situavam-se entre as quadras, diferentemente das áreas que foram cercadas, receberam algum tipo de infraestrutura. Com a finalidade de caracterizar esses espaços e os tipos de infraestrutura instaladas, foram feitas análises a partir de levantamentos em visitas a campo, registros fotográficos e leituras de imagens satélites. A Figura 27 apresenta as praças analisadas, numeradas de 1 a 7, por não serem nomeadas.

Figura 27: Espaços públicos de lazer (praças) do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Antes de apresentar cada praça individualmente, foram notados alguns aspectos gerais. Apesar de estarem distantes umas das outras, as praças são muito semelhantes entre si, reproduzindo a padronização estabelecida pela própria produção do programa MCMV.

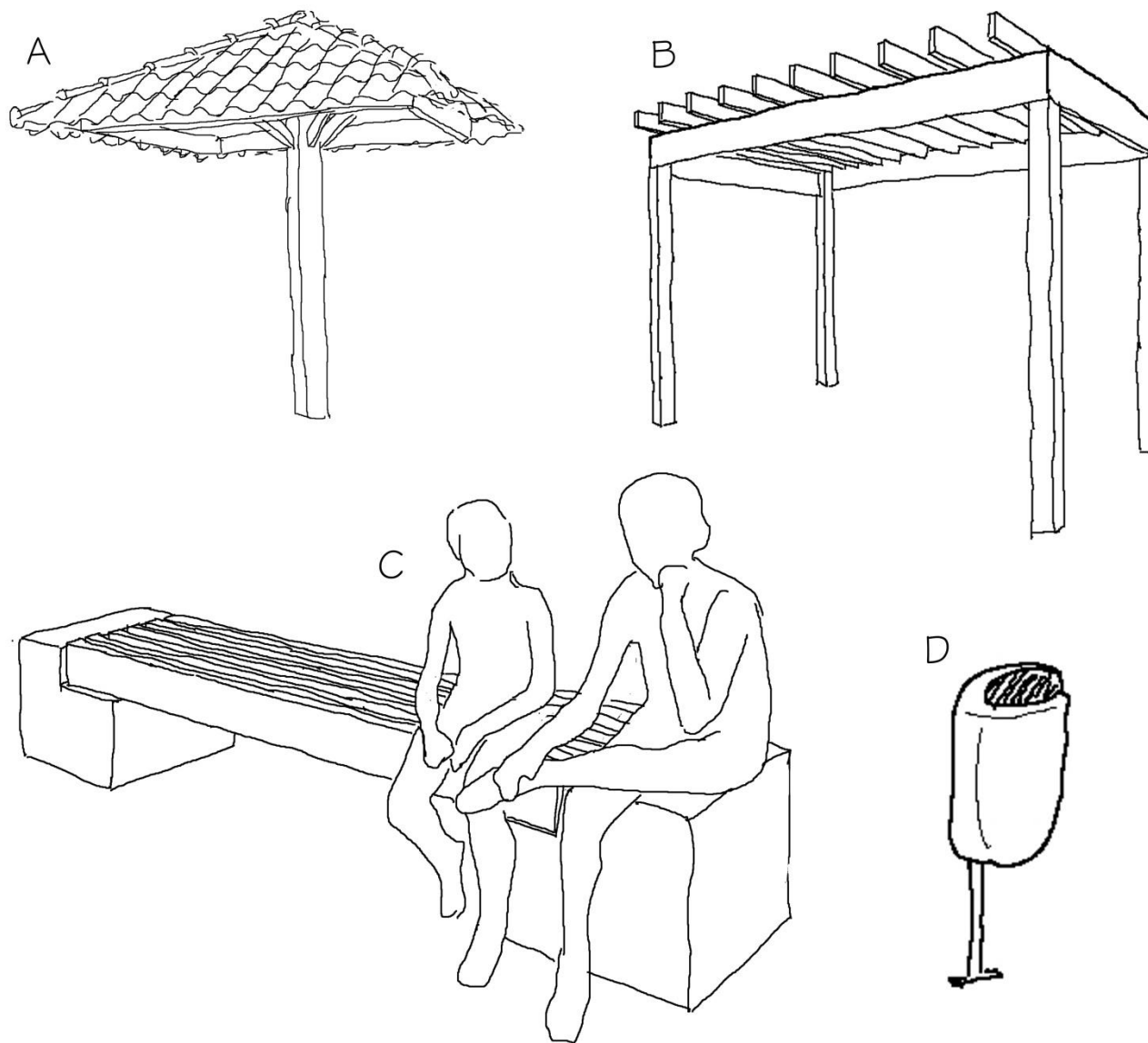
Em termos topográficos, praticamente todas as áreas apresentam desnível acentuado e não há indícios de medidas que minimizem as diferenças de cotas. As infraestruturas instaladas ficam concentradas em alguma porção plana, enquanto as demais partes ficam desprovidas de qualquer qualificação. Não há árvores que promovam sombreamento e torne a paisagem mais agradável, mas alguns casos de coqueiros que foram plantados isoladamente.

Nota-se que, em razão de os espaços planos e sombreados serem escassos, há uma concentração de grupos de frequentadores, como pais com filhos, crianças empinando pipas, grupo de adolescentes e pessoas idosas, que competem por espaços, criando divergências entre os grupos.

A similaridade entre as praças é reforçada pelo conjunto de mobiliários urbanos instalados, que são sempre os mesmos: quiosques que promovem uma pequena sombra (Figura 28-A); pergolados sem nenhuma sombra, pois não há vegetação junto a eles (Figura 28-B); bancos sem encosto (Figura 28-C) e lixeiras (Figura 28-D). Existem também totens indicando o fornecimento de rede WiFi – mas não é possível estabelecer conexão, pois o sinal é fraco e insuficiente.

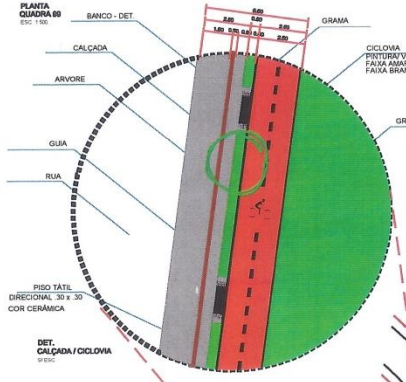
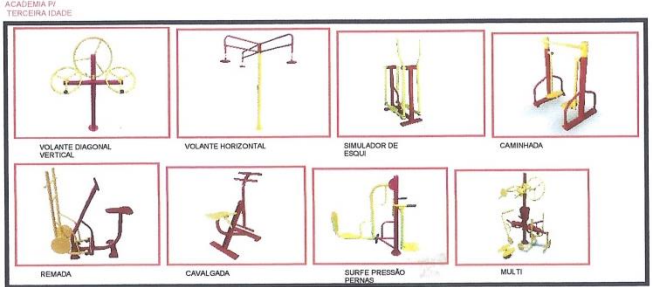
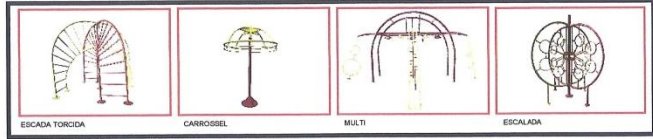
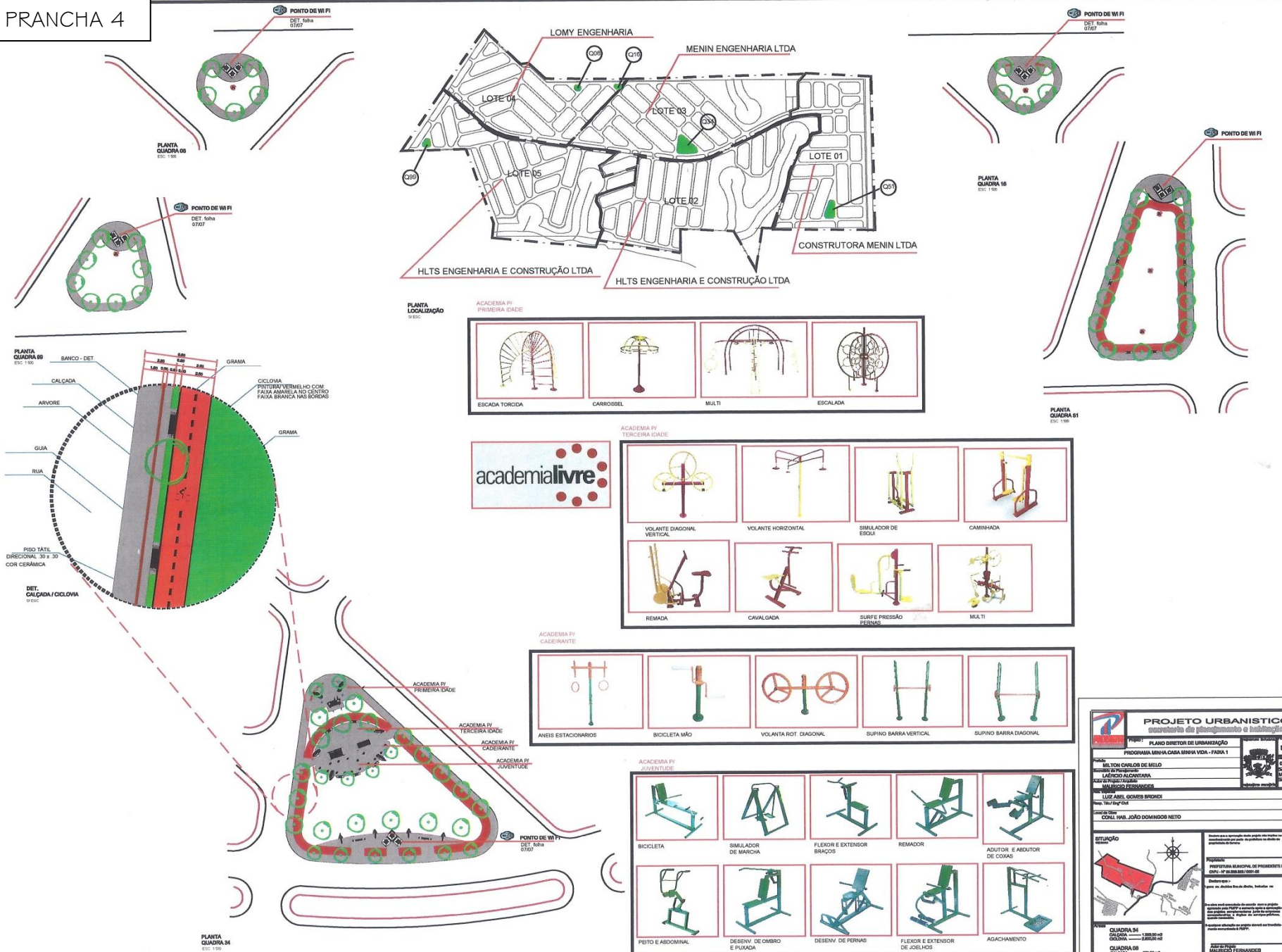
A Prancha 4 apresenta projetos específicos destinados a cada praça, entretanto, a execução foi incompleta, pois percebe-se diferença entre o conteúdo dos mesmos e a realidade.

Figura 28: Mobiliário urbano encontrado nos espaços públicos de lazer do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

PRANCHA 4



LEGENDA: PISO TATIL DIRECIONAL 30x30 PISO TATIL DE ALERTAS 30x30 PISO TATIL DE ALERTAS 30x30 PISO TATIL DE ALERTAS 30x30 SINALETA	LEGENDA: PERGOLADO (DET. 02) BANCO (DET. 01) PONTO DE WI-FI ÁRVORE A SER PLANTADA	LEGENDA: GRAMA CALÇADA CONCRETO CICLOVIA ALAMBRIADO POSTE - 04 PÉTALAS POSTE - 04 REFLETORES	LEGENDA: ACADEMIA PI PRIMEIRA IDADE ACADEMIA PI CADEIRANTE ACADEMIA PI JUVENTUDE
---	--	---	--

PROJETO URBANÍSTICO consultoria de planejamento e habitação	
PROJETO PLANO DIRETOR DE URBANIZAÇÃO	DATA: 05/07 Nº: 08/2021/4 Local: MALUCÉO P. Município: MALUCÉO P.
PROGRAMA: MINHA CASA MINHA VIDA - FAIXA 1 PROJETO DE URBANIZAÇÃO LINDOZ CALDEIRA DE MELO LINDOZ CALDEIRA DE MELO LUIZ ABEL GOMES BRUNO Rua: "da Eng" - 011 CEP: 13011-000 Fone: (13) 3331-1111 E-mail: lbruno@lbruno.com.br	
SITUAÇÃO URBANA	PROJETO: PROPOSTA MUNICIPAL DE PROGRESSO PRESENTES SUP. Nº 08/2021/4 DATA: 05/07/21 FOLHA: 01 DE 01 Autores: MALUCÉO P. & ASSOCIADOS
ÁREA QUADRA 04 QUADRA 08 QUADRA 16 QUADRA 81	QUADRA 04 QUADRA 08 QUADRA 16 QUADRA 81
Responsável Técnico:	

A) Praça I

Está localizada na Avenida Maria Menezes de Alcântara com a Rua Maria Pelozo Cavali, no lote 2, em proximidade com o acesso (previsto em projeto) fornecido pela Estrada Irio Zuntini ao CHJDN. A instalação do conjunto de mobiliários foi feita na extremidade junto à avenida (Figura 29).

Figura 29: Vista aérea da Praça I do CHJDN.



Fonte: Google Earth (2017).

A localização na avenida principal do conjunto colabora para que a área tenha maior visibilidade. Em visitas a campo, foram identificados casos de venda de alimentos e a presença de crianças brincando (Figura 30).

Figura 30: Vista Lateral da Praça I do CHJDN.



Fonte: Autora (2017).

A Figura 31 apresenta o ponto de vista do pedestre a partir da extremidade oposta à porção plana, demonstra a dimensão do desnível e o contraste entre a maior parte da área (que não recebeu nenhuma instalação, com exceção da realização de curvas de nível e plantio de mudas de coqueiros) e a pequena porção plana. Destaca-se que, ao optar pelo plantio de uma vegetação no gramado, ao invés de coqueiros, poderia ter sido escolhida alguma espécie que garantisse mais sombra e amenizasse as condições ambientais hostis características da região Presidente Prudente. Também é possível identificar sacos de lixo, desprezados próximos à calçada, que indicam desvalorização e abandono da área.

Figura 31: Vista da Praça 1 do CHJDN.



Fonte: Autora (2017).

B) Praça 2

Localiza-se na Avenida Maria Menezes de Alcântara (Figura 32) com as Ruas Dezenove e Pastor Sebastião de Oliveira, no lote 3, praticamente no centro do conjunto. Em razão de sua localização, a praça possui visibilidade e é utilizada como ponto de referência pelos moradores, que a nomearam de “Praça do WiFi”.

Figura 32: Vista aérea da Praça 2 do CHJDN.



Fonte: Google Earth (2017).

Foi identificado que, em frente a essa área, são realizadas feiras ao ar livre semanalmente aos sábados e em vésperas de datas festivas, como Dia das Crianças e Natal com apresentações culturais abertas ao público realizadas em seu interior (Figura 33).

Figura 33: Vista noturna da Praça do WiFi do CHJDN.



Fonte: Autora (2017).

Neste caso, as infraestruturas foram instaladas em três porções. Na primeira, no mesmo nível de cota da avenida principal, foi adicionado, na estreita faixa pavimentada, o conjunto de mobiliários e postes de iluminação. Na segunda e terceira, situadas na extremidade oposta, as áreas pavimentadas são mais amplas e foram instalados pergolados, bancos, lixeiras e postes de iluminação. Como as sombras são proporcionadas pelos pequenos quiosques (nos pergolados não há vegetação), essas porções não possuem áreas de sombra e, por isso, são menos utilizadas durante o dia. Apesar de estarem em níveis diferentes, houve um esforço para conectar as áreas através de uma rampa (Figura 34).

Figura 34: Vista diurna da Praça do WiFi do CHJDN.



Fonte: Autora (2017).

Entre a primeira porção e as demais existe uma área gramada extensa, na qual foram feitas curvas de nível e o plantio de mudas de coqueiros (Figura 35-A). Na Figura 35-B, a presença de dejetos pode indicar que, por estar destituída de qualquer qualificação, essa porção é renegada pelos frequentadores da praça.

Figura 35: Vista da Praça do WiFi do CHJDN.



Fonte: Autora (2017).

C) Praça 3

Está situada entre as vias Rua Maria Creuza Caetano, Rua Sessenta e Oito, Rua Cícero Frutuoso e Rua Elvira Barbosa Cardoso, no lote 5, distante dos acessos do conjunto. Na porção em nível com a Rua Maria Creuza Caetano, foram instalados quiosques, bancos e lixeiras e, na porção central, foi feito um caminho interligando as calçadas das Ruas Elvira Barbosa Cardoso e Sessenta e Oito (Figura 36).

Figura 36: Vista aérea da Praça 3 do CHJDN.



Fonte: Google Earth (2017).

A Figura 37 apresenta o ponto de vista do pedestre a partir da extremidade que não recebeu nenhuma instalação, nota-se o grande desnível do terreno, onde foram feitas curvas de nível e o plantio de mudas de

coqueiros, e a grande extensão territorial da praça, que praticamente impossibilita a visão da extremidade oposta.

Figura 37: Vista da Praça 3 do CHJDN.



Fonte: Autora (2017).

Em razão de não estar próxima a vias de grande fluxo de veículos, esta área apresentou a presença constante de crianças, que brincam, empinam pipa e jogam bola em um campinho de futebol criado pelos próprios moradores (Figura 38).

Figura 38: Vista do campo de futebol na Praça 3 do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

D) Praça 4

Está situada entre as vias Rua Teófilo Bratfich, Rua Santos Fabris e Rua Antonio Mauri, no lote 1, em proximidade com o acesso ao CHJDN criado pelos moradores a partir da Estrada Irio Zuntini (Figura 39). Em uma das extremidades, foram instalados quiosques, bancos e lixeiras e, no interior da área adjacente às calçadas, foi feita uma pista de caminhada.

Figura 39: Vista aérea da Praça 4 CHJDN.



Fonte: Google Earth (2017).

Em razão de estar localizada em um arruamento diagonal, houve o surgimento de uma extensa área de faixas transversais, nas quais os veículos não devem transitar, pois, segundo o Código de Trânsito Brasileiro, lei Nº 9.503/97, Anexo II, item 2.2.4 - Marcas de Canalização, “orientam os fluxos de tráfego em uma via, direcionando a circulação de veículos. Regulamentam as áreas de pavimento não utilizáveis”. Essa área poderia ser incorporada como parte da praça.

A Figura 40, que apresenta o ponto de vista de um pedestre na extremidade oposta àquela que recebeu instalações, demonstra um desnível do terreno, sua extensão territorial e o descarte de mobílias velhas na calçada, evidenciando a desvalorização dessa porção destituída de instalações.

Figura 40: Vista da Praça 4 do CHJDN.



Fonte: Autora (2017).

E) Praça 5 e 6

A Praça 5 está situada entre as vias Rua Belarmino Alves Ferreira, Rua Geraldo Vieira Laido e Rua Vinte e Três. A Praça 6 está localizada entre as vias Rua Padre Ricardo Baumler, Rua Belarmino Alves Ferreira e Rua Carlos Ferreira Netto. As áreas estão no lote 4, nos limites do loteamento do CHJDN, e apresentam características semelhantes, como a pequena dimensão territorial, a pouca declividade do terreno e os mesmos tipos de instalações: quiosques com mesas e lixeiras (Figura 41). Por estarem posicionadas em um arruamento diagonal, existe a possibilidade de ampliação de suas áreas (Figura 42).

Figura 41: Vistas aéreas e frontais das Praças 5 e 6 do CHJDN.



Fonte: Google Earth (2017) e autora (2017).

Figura 42: Vista aérea das Praças 5 e 6 do CHJDN.



Fonte: Google Earth (2017), modificado pela autora (2017).

F) Praça 7

Está localizada entre as vias Rua Argemiro Custódio Garcia, Rua Arlindo Esplindolas e Rua José Gilmar da Silva, no lote 5, próxima aos limites do loteamento do CHJDN. Nesta área não foi realizada instalação de nenhuma infraestrutura. Entretanto, foi identificada a inserção de elementos que indicam uma intervenção pelos moradores. Na Figura 43, é possível visualizar a inserção de traves de gols, ou seja, adaptando a rotatória para que seja um campinho de futebol. Em razão de sua localização, esta adaptação está pouco exposta a riscos proveniente do tráfego de veículos. Por estar posicionada em um arruamento diagonal, também existe a possibilidade de ampliação nesta área.

Figura 43: Vista da Praça 7 do CHJDN.



Fonte: Google Earth (2017), modificado pela autora (2017).

6.2 PROJETO PARA UM ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER DO CHJDN

6.2.1 A ESCOLHA DA ÁREA

Para escolha da área que será destinado o projeto final deste trabalho, foram considerados quatro critérios principais:

- Topografia;
- Extensão territorial;
- Relação dos moradores com a área (realização de intervenções, atividades, etc...);
- Localização e acessibilidade (proximidade com as demais áreas institucionais e facilidade de acesso).

A partir das análises realizadas, observou-se que a Praça 3 apresentava potencialidades conforme os critérios estabelecidos.

A criação de um campinho de futebol (com traves de gol feitas em bambu e delimitação com tinta branca) revelou que existe a apropriação do espaço por parte dos moradores, caracterizando uma boa relação dos mesmos com a área. Em relação à topografia e extensão territorial, identificou-se que seu desnível – 10 metros distribuídos em uma extensão de 108 metros – e a grande área disponível para a intervenção, permitiriam a criação de diferentes ambientes em um mesmo espaço. Desde que exista integração, a qualificação em níveis diferentes colabora para maior diversidade de usuários e maior tolerância entre eles (Figura 44).

Figura 44: Perfil de elevação da Praça 3 do CHJDN.



Fonte: Google Earth (2016), modificado pela autora (2017).

Por fim, a área está localizada próxima às demais áreas institucionais e lotes comerciais; está distante de vias de grande tráfego de veículos e pode ser acessada por quatro vias diferentes. Na Figura 45, que apresenta o

entorno da área a partir de um raio de 2,5 km, estão pontuados os lotes residenciais, os lotes comerciais, a escola de Ensino Fundamental, a escola de Ensino Infantil, o CRAS, a APP e, adjacente a esta última, uma área institucional de lazer cercada por alambrado.

Figura 45: Elementos próximos à Praça 3 do CHJDN.

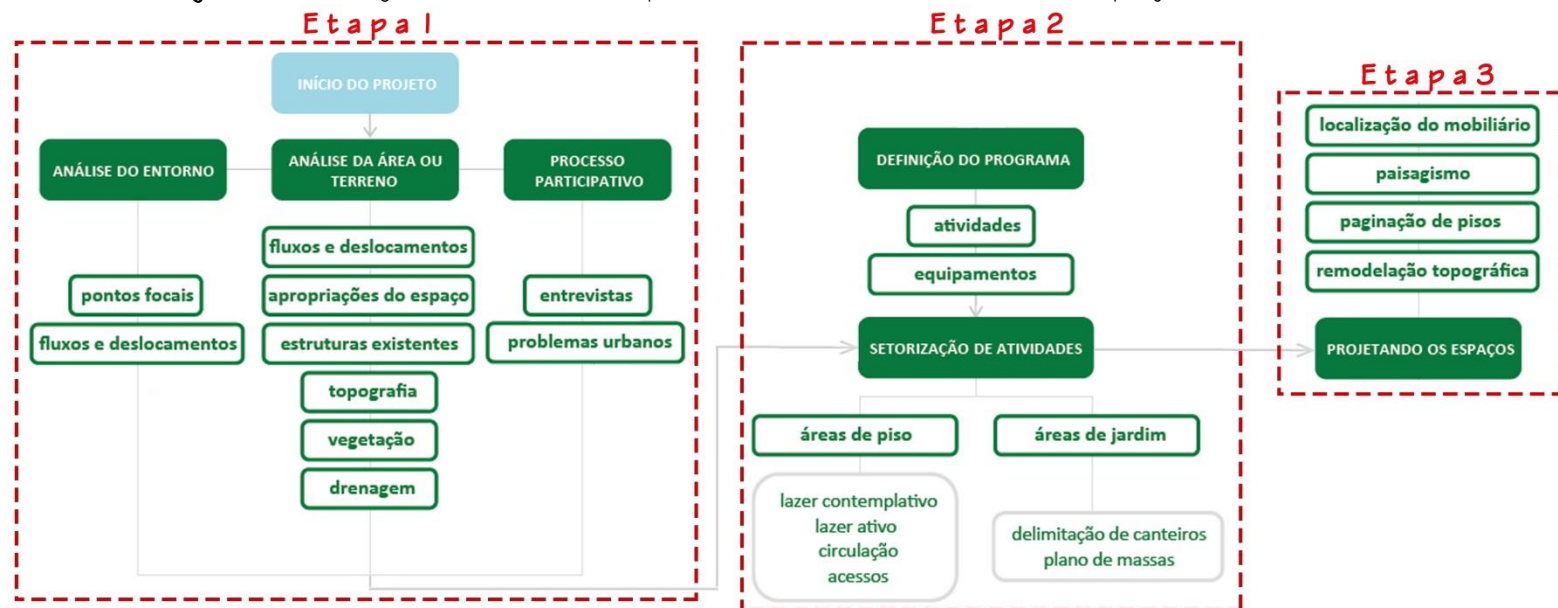


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

6.2.2 O PROJETO FINAL

O processo de concepção e desenvolvimento projetual foi orientado pelo fluxograma da obra “Espaços Públicos: Diagnóstico e metodologia de projetos” (GATTI, 2013), o qual oferece um passo a passo desde o início ao fim do projeto. A fim de conciliar esta metodologia com os limites e objetivos deste trabalho, o fluxograma foi reestruturado, sendo removidos os itens: detalhamentos, memorial descritivo de obra, planilha orçamentária, identificação da cadeia produtiva, preços compostos e diretrizes pós-ocupação. Estes itens, que não foram abordados neste trabalho, podem ser contemplados em um trabalho que dê continuidade a este (Figura 46).

Figura 46: Fluxograma reestruturado para orientar o desenvolvimento do projeto deste trabalho.



Fonte: GATTI (2013), modificado pela autora (2017).

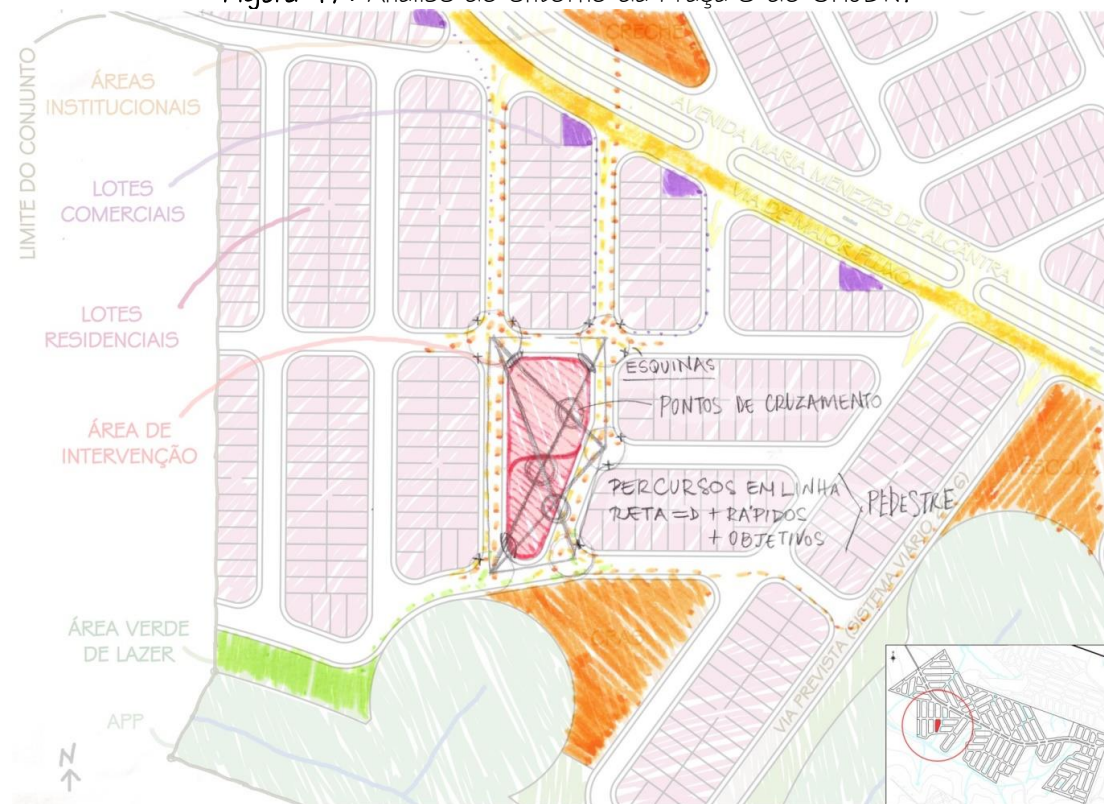
O fluxograma foi dividido em 3 etapas. A Etapa 1 compreendeu as análises preliminares e processo participativo, que resultaram na identificação de características externas e internas à área e no entendimento das demandas locais. A Etapa 2 consistiu na definição do programa, no pré-dimensionamento dos espaços em

que ocorrerão as atividades e na setorização destes espaços na área. A Etapa 3 correspondeu à elaboração do projeto final e produção de desenhos técnicos.

A) Etapa I

Na Figura 47, foram destacados elementos externos à área de intervenção, como o limite do loteamento do CHJDN, a Avenida Maria de Menezes Alcântara, as APPs, as áreas institucionais (escolas, áreas de lazer, CRAS), os lotes comerciais e a rua prevista na Proposta de Sistema Viário 2016.

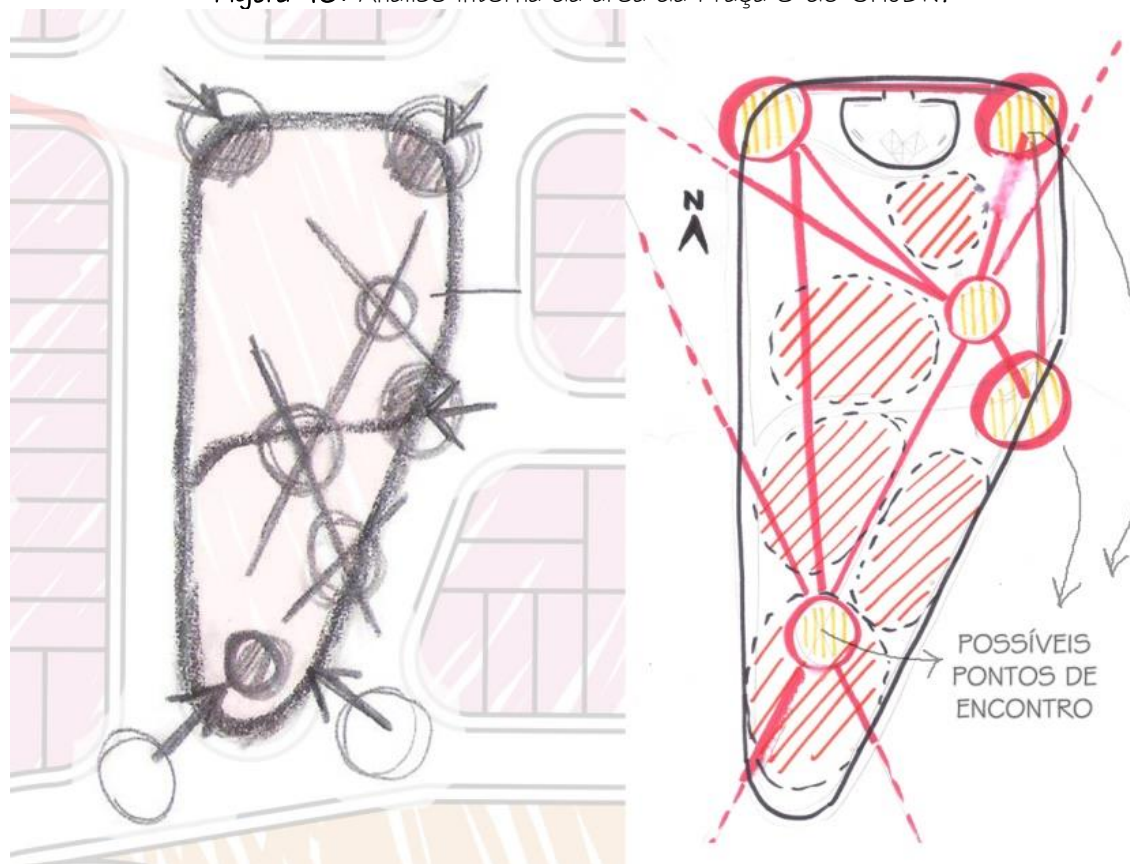
Figura 47: Análise do entorno da Praça 3 do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Os fluxos e deslocamentos foram representados por linhas tracejadas, simulando possíveis trajetórias de pedestres. Ao considerar que os pedestres atravessariam a área realizando o menor e mais objetivo caminho possível, foi feito o cruzamento dos fluxos entre as esquinas, dos quais surgiram pontos de intersecções no interior da praça (Figura 48). Esta análise foi o primeiro ensaio para definir onde poderiam ser os principais pontos de encontro, caminhos internos e as áreas de transição.

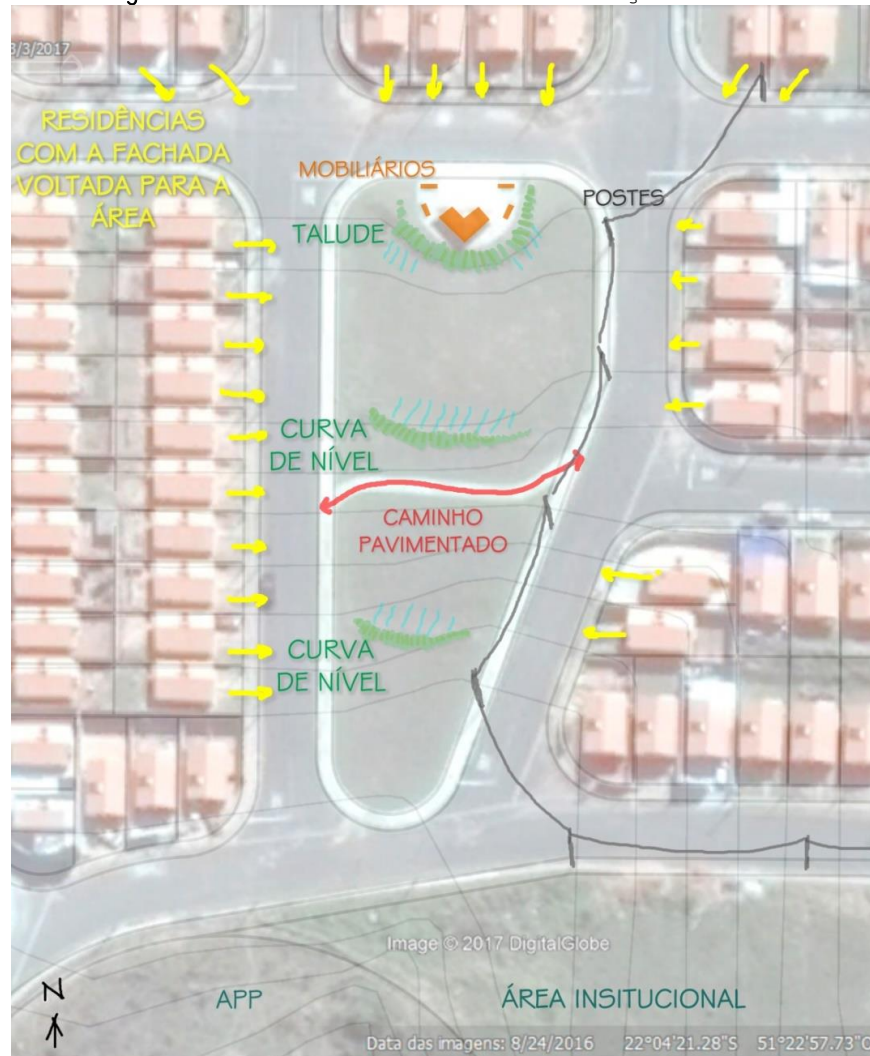
Figura 48: Análise interna da área da Praça 3 do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A Figura 49 traz observações a partir da análise interna da área.

Figura 49: Análise interna da área da Praça 3 CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Em relação às estruturas existentes, na Figura 49, foram identificadas curvas de nível, que colaboram para drenagem no terreno acidentado (Figura 50); um caminho pavimentado na porção central da área (Figura 50); postes públicos de iluminação em uma das extremidades laterais (Figura 49); piso tátil, presente em todas as calçadas (Figura 51); e mobiliários (quiosques e bancos), que foram instalados na porção de cota mais alta do terreno (Figura 51).

Figura 50: Vista da Praça 3 do CHJDN.



Fonte: Autora (2017).

Figura 51: Vista dos mobiliários na Praça 3 do CHUDN.



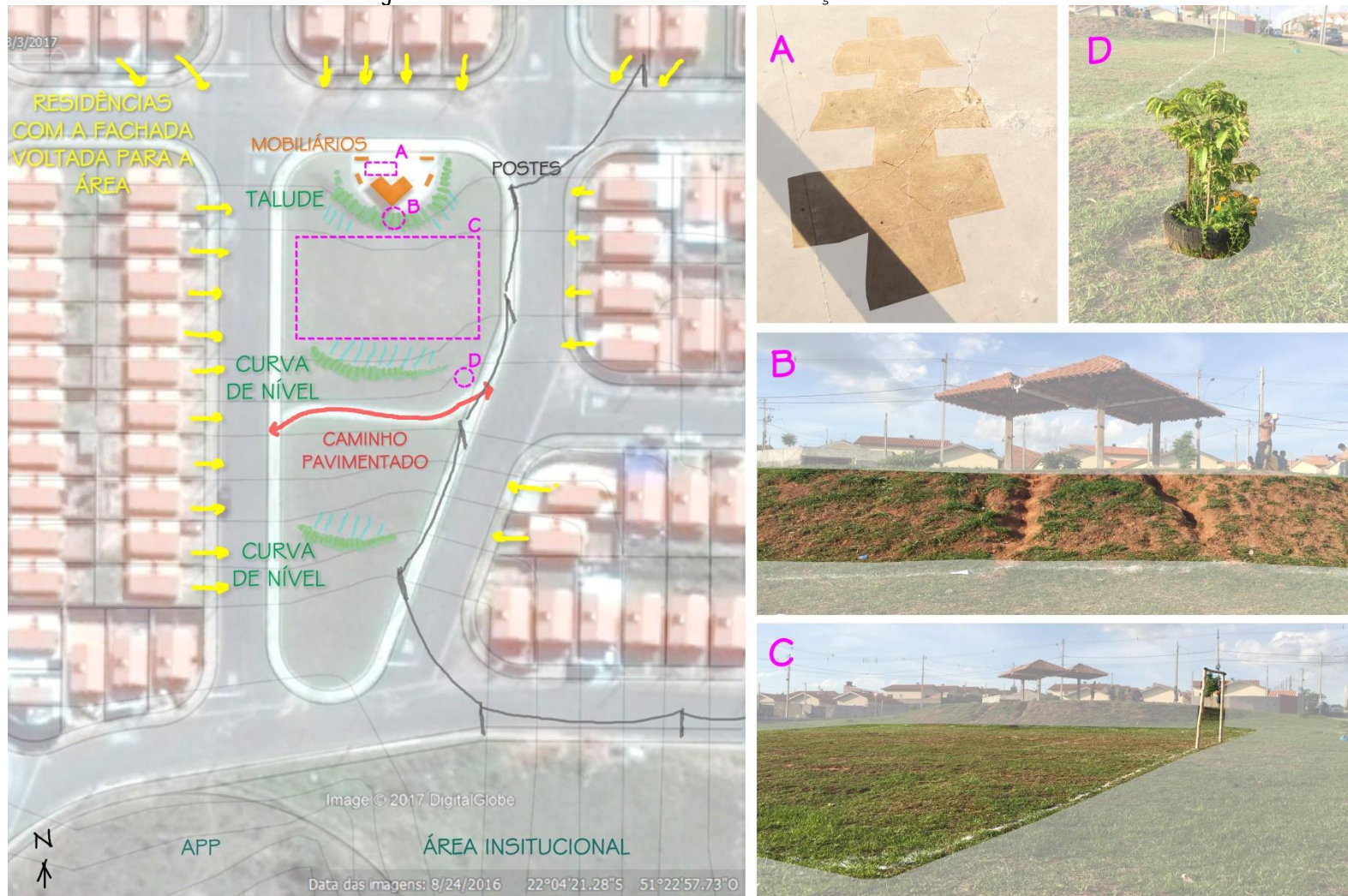
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Em uma das visitas a campo, observou-se que haviam fios elétricos soltos e luminárias instaladas nos quiosques (Figura 51). Ao estabelecer contato com as crianças que estavam no local, descobriu-se que os interruptores haviam sido depredados e as luminárias, que a princípio podiam ser ligadas, não funcionavam mais. No decorrer da conversa, as crianças disseram que a praça é muito escura à noite e que faltavam lugares para elas brincarem, como parquinhos. Apontaram um jogo de amarelinha no chão, que uma das mães havia desenhado, mas reclamaram que já estava se apagando. Revelaram também que as mães queriam que fosse colocada uma academia ao ar livre, bancos e mais árvores, pois praticamente não há sombra na praça.

Em visitas seguintes, ao entrar em contato com mulheres que estavam na calçada próximo à praça, essas informações foram confirmadas. Uma delas, mãe de duas crianças, disse que a única opção que havia pra brincar era o campinho de futebol, que havia sido feito pelos próprios moradores, e a área dos quiosques, onde as crianças empinavam pipa.

A Figura 52 identifica intervenções realizadas pelos moradores: o jogo de amarelinha riscado com giz de lousa (Figura 52-A); um caminho no talude junto à área em que foram instalados os mobiliários, revelando a necessidade de estruturas que deem acessibilidade para os diferentes níveis do terreno (Figura 52-B); o campinho de futebol (Figura 52-C); e uma floreira feita de pneu, colocada próxima ao caminho (Figura 52-D), que pode ser interpretada como um desejo de vegetação arbustiva na extensa área gramada.

Figura 52: Elementos identificados na Praça 3 do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

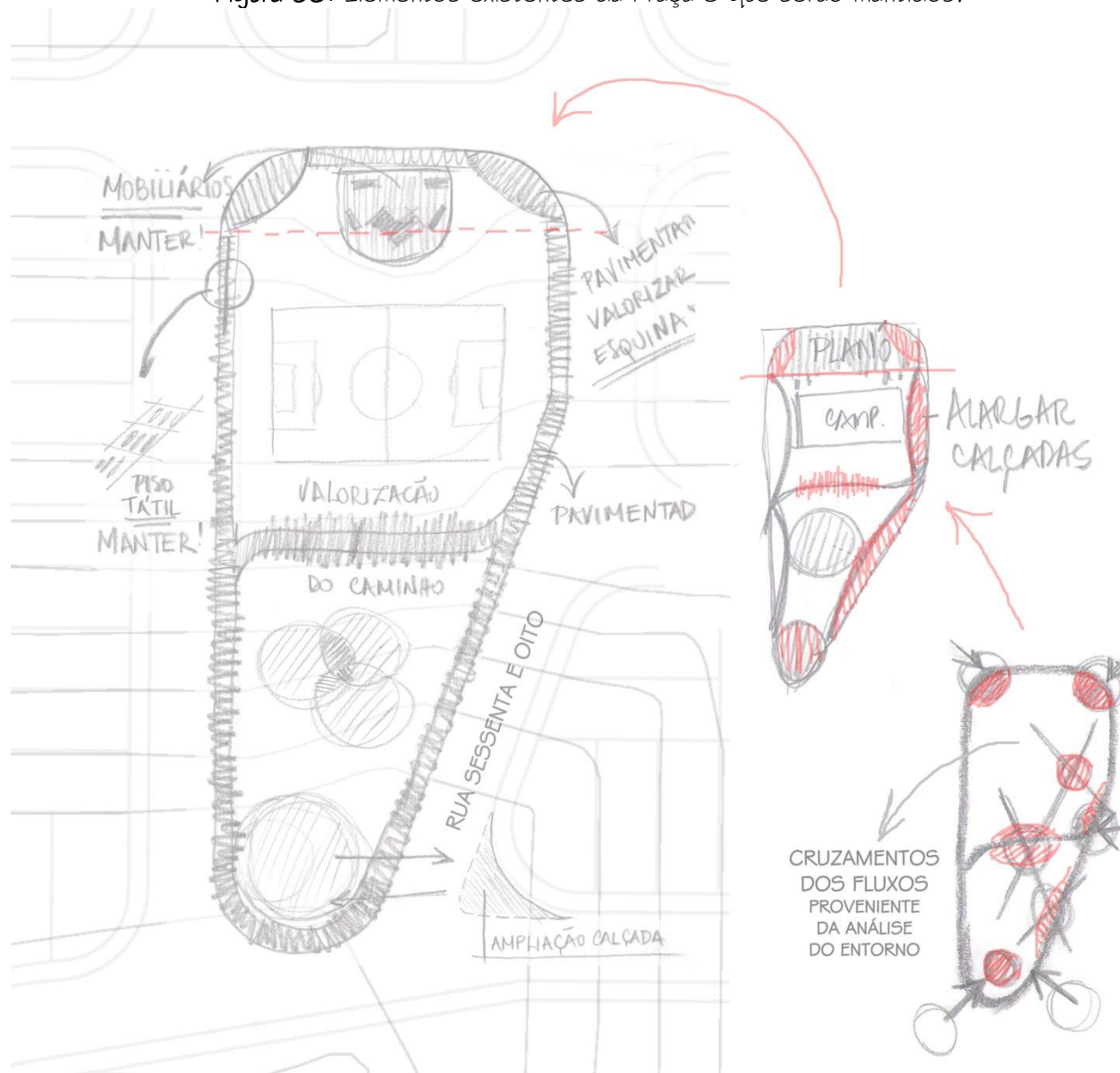
B) Etapa 2

A partir das análises realizadas, foi possível estabelecer o programa de necessidades:

- Estruturas que deem acessibilidade entre os desníveis do terreno;
- Estruturas que promovam maior iluminação;
- Campo de futebol (redimensionamento);
- Parquinho;
- Academia ao ar livre;
- Espaços de permanência (bancos e mesas);
- Árvores que garantam sombra e canteiros com flores;

Considerando que no programa de necessidades serão inseridos novos elementos, na Figura 53, foram pontuados elementos existentes que serão mantidos: as calçadas, o piso tátil, os mobiliários e o campo de futebol.

Figura 53: Elementos existentes da Praça 3 que serão mantidos.

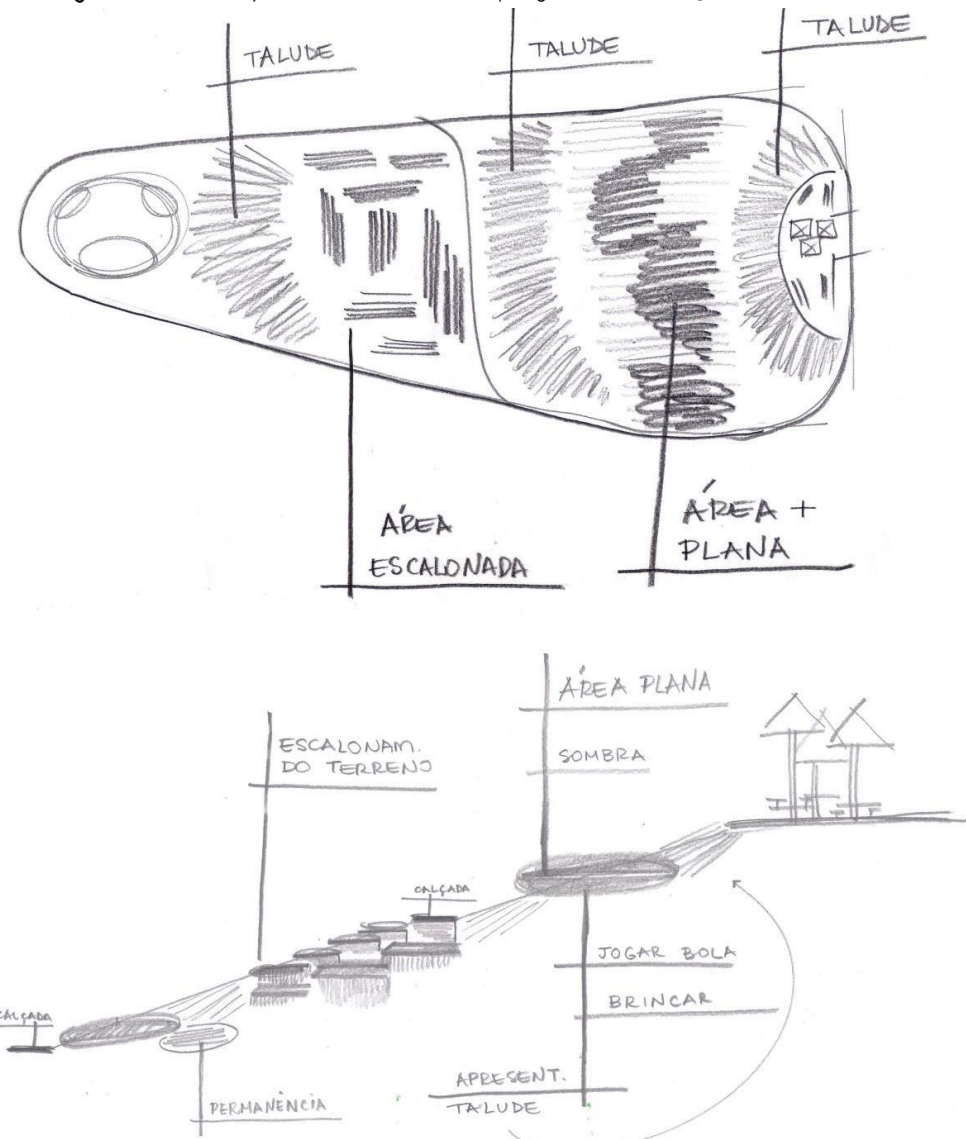


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Adicionalmente, com base nos cruzamentos dos percursos de pedestre que foram identificados na análise do entorno (Figuras 47 e 48), foi proposto a ampliação do alinhamento do caminho que atravessa a praça e a conexão entre a área em que se encontram os mobiliários existentes e as esquinas, de modo a valorizar esses espaços de acesso e encontro. Foi estipulado também o realinhamento da esquina da Rua Sessenta e Oito, conforme a proposta citada anteriormente de ampliação de esquinas em arruamentos diagonais (Figura 25).

Dando continuidade ao desenvolvimento da Etapa 2, foram feitos croquis de estudo da setorização de atividades na área. Na Figura 54, considerou-se estabelecer ambientes em diferentes níveis, aproveitando a topografia acidentada. O primeiro ambiente seria o local no qual estão os mobiliários existentes. O segundo ambiente seria a ampla área plana do campo de futebol. O terceiro ambiente seria desenvolvido em pisos escalonados e poderia incorporar o caminho pavimentado existente. O quarto ambiente estaria na porção de cota mais baixa do terreno, acompanhando seu o desenho arredondado. Os taludes poderiam ser explorados para possibilitar acessibilidade e integração entre ambientes, sendo simultaneamente um espaço de circulação e permanência.

Figura 54: Croqui de estudo da topografia da Praça 3 do CHJDN.

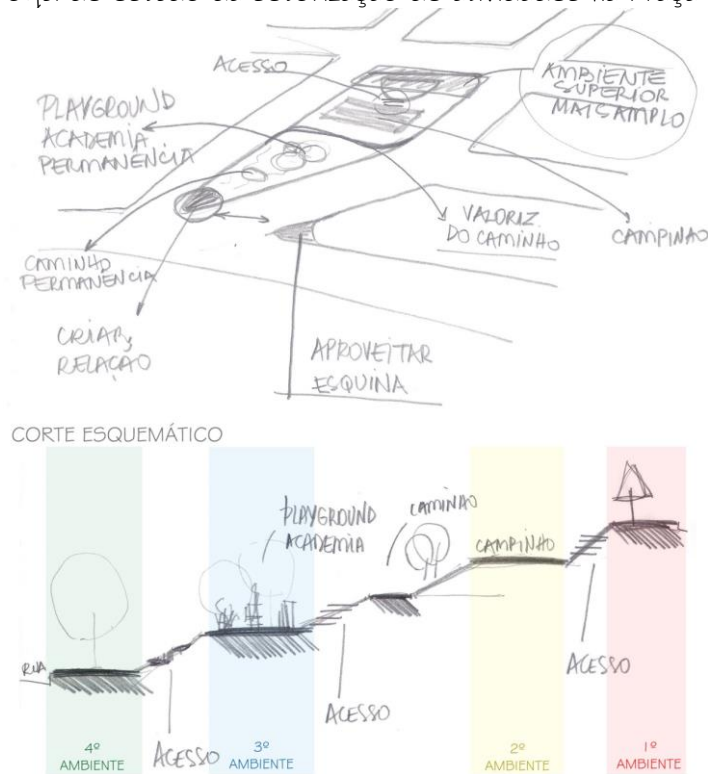


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Na Figura 55, foram sintetizadas as ideias anteriores. Com base na crítica realizada aos espaços públicos dos bairros no entorno do CHJDN (Figura 10), nos quais os “carimbos de infraestruturas” não favorecem o compartilhamento do espaço público por usuários de diferentes contextos e faixas etárias, este estudo propôs que os mobiliários que compõem o parquinho e a academia ao ar livre estejam em um mesmo ambiente.

Portanto, estipulou-se que na parte central da praça estariam o campinho de futebol, o parquinho e a academia ao ar livre – em locais distantes das vias, devido aos riscos provenientes do tráfego de veículos (2º e 3º ambientes) – e nas extremidades (1º e 4º ambientes) estariam as áreas de encontro e permanência.

Figura 55: Croqui de estudo da setorização de atividades na Praça 3 do CHJDN.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

C) Etapa 3

A partir dos croquis de estudo apresentados, considerando o pré-dimensionamento dos espaços em que ocorrerão as atividades previstas, foram definidas as áreas de piso e áreas de jardim.

Segundo Gatti (2013), as áreas de jardim compreendem a delimitação de canteiros e o plano de massas e as áreas de piso são classificadas em lazer contemplativo, lazer ativo, circulação e acessos. O lazer contemplativo corresponde às áreas de permanência e deverão estar reservadas das áreas de grande circulação ou de atividades específicas, oferecendo um ambiente agradável ao usuário. O lazer ativo refere-se a áreas destinadas a atividades específicas de lazer, sejam recreativas ou esportivas. As áreas de circulação são caracterizadas por possuírem fluxo contínuo e não devem ser interferidas e nem interferir nas demais. As áreas de acesso orientam o caminho a ser percorrido pelo usuário e são originadas em função das áreas de circulação, da setorização de atividades e do entorno.

Tendo em vista estas definições, as áreas de piso foram posicionadas conforme análises anteriores. Foi escolhido piso intertravado de coloração vermelha e amarela para as áreas de lazer ativo e contemplativo.

As áreas de jardim foram delimitadas seguindo aspectos de funcionalidade, porte e velocidade de crescimento. Em relação à funcionalidade, devido às altas temperaturas características da região de Presidente Prudente, foram escolhidas espécies cujas copas garantam sombra, possuam flexibilidade para se adaptarem às condições do solo e não exijam manutenções constantes. A respeito do porte, a composição da vegetação respeita os elementos existentes, como os quiosques e os postes públicos de iluminação, e colabora para uma paisagem diversa e equilibrada. Por fim, a velocidade de crescimento das espécies foi um aspecto fundamental para sua seleção, pois o sombreamento e a drenagem são fundamentais para que as demais propostas resultem em ambientes agradáveis e passíveis de serem apropriados. Nas Figuras 56 a 61, estão detalhadas as espécies de forração escolhidas, nas Figuras 62 a 64, as espécies de arbustos e nas Figuras 65 a 71, as espécies de árvores.

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Pilea nummulariifolia</i>
FAMÍLIA	Urticaceae
CARACTERÍSTICA	Meia-sombra
SOLO	Solo fértil
FLOR / FLORAÇÃO	Verde (sem valor ornamental)
ALTURA / DIÂMETRO	0,15M / 0,10M

APLICAÇÃO

Pode ser usada como planta pendente ou forração em canteiros com boa drenagem. É uma ótima alternativa para canteiros e jardineiras nos pátios internos das escolas ou sob marquises e coberturas das mesmas, sendo também muito utilizada em áreas externas com meia-sombra.

Figura 56: Forração Dinheiro-em-penca.



Flor

Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Arachis repens</i>
FAMÍLIA	Fabaceae
CARACTERÍSTICA	Pleno sol
SOLO	Solo fértil
FLOR / FLORAÇÃO	Verde / PRI-VER
ALTURA / DIÂMETRO	0,20M / 0,10M

APLICAÇÃO

A grama amendoim tem um efeito ornamental marcante, com folhagem verde-viva e ótima resistência. Produz ainda flores pequenas e amarelas e dispensa podas periódicas. Não suporta o pisoteio, porém regenera-se rapidamente. É uma ótima alternativa, com baixo custo e excelente adaptação para o plantio de taludes nos terrenos escolares mais acidentados.

Figura 57: Forração Grama-amendoim.



Flor

Fonte: SÃO PAULO (2015).

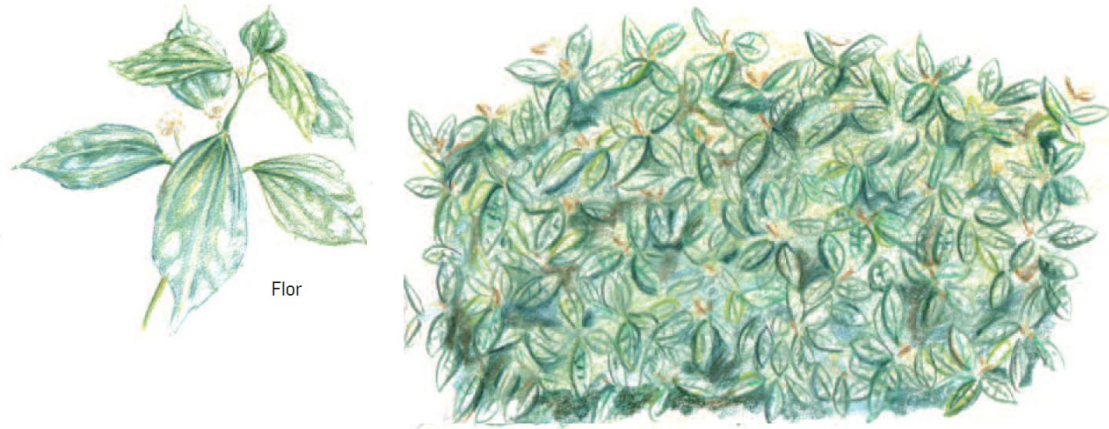
FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Pilea cadierei</i>
FAMÍLIA	Urticaceae
CARACTERÍSTICA	Meia-sombra
SOLO	Solo fértil
FLOR / FLORAÇÃO	Verde [sem valor ornamental]
ALTURA / DIÂMETRO	0,25M / 0,15M

APLICAÇÃO

Resistente e de pouca manutenção, prefere solo enriquecido com matéria orgânica e drenado. Ótima alternativa para jardins do pátio interno da escola, inclusive em conjunto com outras espécies arbustivas, ou formando maciços abaixo das árvores em qualquer parte do jardim externo.

Figura 58: Forração Pilea.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

Figura 59: Forração Singônio.

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Syngonium angustatum</i>
FAMÍLIA	Araceae
CARACTERÍSTICA	Meia-sombra
SOLO	Solo fértil
FLOR / FLORAÇÃO	Rosa [sem valor ornamental]
ALTURA / DIÂMETRO	0,15M / 0,15M

APLICAÇÃO

Apresenta variação na cor das suas folhas conforme o crescimento, de um aspecto verde claro com nervuras brancas para completamente verdes durante seu desenvolvimento. Pode ser utilizada como forração ou trepadeira. Tem crescimento vigoroso e, por este motivo, é indicada para cobrir áreas abaixo de árvores e taludes encontrados nos terrenos escolares. Não tolera baixas temperaturas.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Tradescantia zebrina</i>
FAMÍLIA	Commelinaceae
CARACTERÍSTICA	Pleno sol / Meia-sombra
SOLO	Solo fértil
FLOR / FLORAÇÃO	Roxa e rosa [sem valor ornamental]
ALTURA / DIÂMETRO	0,25M / 0,15M

APLICAÇÃO

Sobrevive abaixo de copas de árvores, em locais cobertos ou abertos, alterando apenas sua coloração. Seu crescimento é intenso podendo em dias forrar a superfície de um canteiro. Por este motivo é uma excelente alternativa, a relativo baixo custo, para forrar áreas grandes e pequenas. Desenvolve-se melhor em temperaturas mais altas.

Figura 60: Forração Lambari-roxo.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

Figura 61: Forração Vedélia.

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Sphagneticola trilobata</i>
FAMÍLIA	Asteraceae
CARACTERÍSTICA	Pleno sol / Meia-sombra
SOLO	Solo fértil
FLOR / FLORAÇÃO	Amarela / ANO TODO
ALTURA/ DIÂMETRO	0,40M / 0,20M

APLICAÇÃO

Suas inflorescências são numerosas. É bastante recomendada para revestir os taludes e também para áreas alagadiças. Desenvolve-se melhor em temperaturas altas. Multiplica-se facilmente através do corte das hastes e plantio direto na terra.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

Figura 62: Arbusto Manjeriçao.

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Ocimum basilicum</i>
FAMÍLIA	Lamiaceae
CARACTERÍSTICA	Pleno sol
SOLO	Solo fértil e bem drenado
FLOR / FLORAÇÃO	Verde / VER
ALTURA / DIÂMETRO	0,40M / 0,40M

APLICAÇÃO

Pode ser plantada em vasos ou canteiros ao sol, que devem estar adubados. Estes locais devem ser de fácil acesso dentro da escola, para possibilitar a colheita, inclusive por parte dos alunos. Exige replantio, já que não suporta colheitas excessivas. Ao vento exala seu aroma característico.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

Figura 63: Arbusto Clúsia.

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Clusia fluminensis</i>
FAMÍLIA	Clusiaceae
CARACTERÍSTICA	Pleno sol / Meia-sombra
SOLO	Solo fértil
FLOR / FLORAÇÃO	Róseo-branca / PRI-VER
ALTURA / DIÂMETRO	2M / 1,5M

APLICAÇÃO

Pode ser cultivada em vasos, como arbusto isolado ou renque. Se não for podada com frequência atingirá o porte arbóreo. Suas flores são brancas e seus frutos com pequenas sementes alaranjadas atraem os pássaros. Pode ser utilizado em áreas de estar, como pátios e bolsões de alunos, ou ainda ao longo de caminhos, junto a muros e gradis.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Rhododendron simsii</i>
FAMÍLIA	Ericaceae
CARACTERÍSTICA	Pleno sol
SOLO	Solo fértil e bem drenado
FLOR / FLORAÇÃO	Rosa (rosa claro, rosa e fúcsia) / PRI-INV
ALTURA / DIÂMETRO	1,5M / 1,5M

APLICAÇÃO

Podem ser plantadas em vasos ou em grupos, mantidas podadas ou não. A poda deverá ser feita após o período de florescimento. Cultivadas a pleno sol, com regas regulares. Apreciam o frio. Sua floração adiciona qualidade visual aos estacionamentos ou áreas livres amplas da escola.

Figura 64: Arbusto Azaléia.

Flor



Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Schinus molle</i>
FAMÍLIA	Anacardiaceae
CLIMA	Subtropical de altitude
SOLO	Seco e arenoso ou úmido
CRESCIMENTO	Rápido
CLASSIFICAÇÃO	Primária / Perenifólia
FLOR / FLORAÇÃO	Branca-amarela / AGO-NOV
ALTURA / DIÂMETRO	7M / 4M

APLICAÇÃO

Seu porte permite seu plantio na calçada (de largura média e fora do alinhamento da fiação elétrica), em bolsões de alunos e outras áreas de permanência dentro do terreno da escola, como o pátio de recreio. Possui aspecto bastante ornamental e exige pouca manutenção. É pouco exigente quanto à qualidade do solo.

Figura 65: Árvore Aroeira Salsa.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Senna multijuga</i>
FAMÍLIA	Fabaceae
CLIMA	Tropical / Subtropical
SOLO	Indiferente às condições físicas
CRESCIMENTO	Rápido
CLASSIFICAÇÃO	Primária / Decídua
FLOR / FLORAÇÃO	Amarela / DEZ-ABR
ALTURA / DIÂMETRO	8M / 6M

APLICAÇÃO

Possui longo período de intenso florescimento, porte médio e copa estreita. Seu plantio é recomendado em calçadas de largura média, áreas de estacionamento e estar externo. É de grande importância para a recuperação de áreas degradadas.

Figura 66: Árvore Pau-Cigarra.

Flor



Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Stiffia chrysantha</i>
FAMÍLIA	Compositae
CLIMA	Subtropical
SOLO	Solo úmido
CRESCIMENTO	Rápido
CLASSIFICAÇÃO	Secundária / Perenifólia
FLOR / FLORAÇÃO	Amarela / JUL-SET
ALTURA / DIÂMETRO	5M / 4M

APLICAÇÃO

Nas escolas pode ser utilizada em especial para compor sub-bosques a beira de lagos ou cursos d'água. Pelo seu porte, pode ser usada sob a fiação elétrica, porém, em calçadas largas, já que sua copa é baixa. Usada na recuperação de áreas degradadas. Possui floração atraente.

Figura 67: Árvore Diadema.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Malpighia emarginata</i>
FAMÍLIA	Malpighiaceae
CLIMA	Tropical / Subtropical
SOLO	Solo seco
CRESCIMENTO	Rápido
CLASSIFICAÇÃO	Primária / Semidecídua
FLOR / FLORAÇÃO	Róseo-branca / SET-NOV
ALTURA / DIÂMETRO	3M / 4M

APLICAÇÃO

Espécie arbórea exótica incluída devido à sua adaptação e apreciação no Brasil. Nas escolas pode ser cultivada em pomares. Pode dar frutos mais de uma vez por ano se regada com frequência.

Figura 68: Árvore Acerola.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Morus nigra</i>
FAMÍLIA	Moraceae
CLIMA	Temperado (adaptada ao Brasil)
SOLO	Solo drenado
CRESCIMENTO	Moderado
CLASSIFICAÇÃO	Primária / Decídua
FLOR / FLORAÇÃO	Branca / AGO-SET
ALTURA / DIÂMETRO	8M / 8M

APLICAÇÃO

Espécie arbórea exótica incluída devido à sua adaptação e apreciação no Brasil. Sua copa ampla fornece sombra fresca no verão, mas, no inverno, perde as folhas e permite a passagem de luz. Pode ser utilizada em pomares e bosques, porém não é recomendada para arborização urbana e estacionamentos, pela queda dos frutos e folhas. Não plantar próximo às edificações, devido ao tamanho de sua copa e raiz.

Figura 69: Árvore Amoreira.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Myrciaria trunciflora</i>
FAMÍLIA	Myrthaceae
CLIMA	Subtropical
SOLO	Solo úmido ou seco
CRESCIMENTO	Lento
CLASSIFICAÇÃO	Secundária / Perenifólia
FLOR / FLORAÇÃO	Branca / JUL-AGO e NOV-DEZ
ALTURA / DIÂMETRO	12M / 8M

APLICAÇÃO

Espécie de folhas pequenas e tronco liso. Floração intensa, seu tronco e seus galhos ficam repletos de flores brancas e em seguida de frutos pretos. Nas escolas seu cultivo é indicado em pequenos pomares com rega periódica. Amadurecimento dos frutos ocorre em agosto-setembro e janeiro.

Figura 70: Árvore Jabuticabeira.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

FICHA TÉCNICA

NOME CIENTÍFICO	<i>Tabebuia impetiginosa</i>
FAMÍLIA	Bignoniaceae
CLIMA	Tropical / Subtropical
SOLO	Solo drenado
CRESCIMENTO	Rápido
CLASSIFICAÇÃO	Pioneira e Secundária / Decídua
FLOR / FLORAÇÃO	Rosa / MAI-AGO
ALTURA / DIÂMETRO	12M / 10M

APLICAÇÃO

O ipê-roxo é uma árvore de médio porte. Trata-se de uma árvore ornamental quando está florida, pois sua cor arroxeadada proporciona uma beleza monumental com suas flores em forma de trombetas. É uma espécie muito utilizada em arborizações urbanas, jardins e praças e quando isolada tem sua beleza destacada. Indicada para reflorestamentos com fins ecológicos. Ótima para canteiros nos pátios de convivência e circulação.

Figura 71 : Árvore Ipê-roxo-bola.



Fonte: SÃO PAULO (2015).

O critério para a escolha do mobiliário urbano foi a coletividade, ou seja, foram escolhidos bancos e brinquedos para o parquinho que pudessem ser utilizados por mais de uma pessoa. Optou-se por mobiliários em pallet, considerando que os mesmos poderiam ser feitos junto à população em oficinas. As Figuras 72, 73 e 74 apresentam algumas possibilidades cogitadas. A respeito da academia ao livre, foi dada propriedade aos aparelhos que pudessem ser utilizados por diversas idades. Além disso, através de observações em visitas a campo, notou-se que alguns aparelhos são mais fáceis de serem utilizados, pois intuitivamente, é possível compreender seu funcionamento. Assim, foram escolhidos e numerados os aparelhos inseridos no projeto final (Figuras 75 a 79).

Figura 72: Casinha feita de pallet com rampa para escalada.



Fonte: Pinterest (2018).

Figura 73: Balanço de tronco.



Fonte: Bicho de Pau⁴.

Figura 74: Deck de pallet em talude feito em oficina.

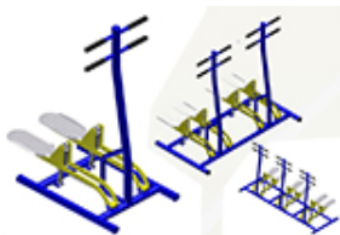


Fonte: Autora (2017).

⁴ Disponível em: < <http://bichodepau.com.br/produtos/balanco-de-tronco-2/> > .

Figura 75: Equipamentos equivalentes aos itens 7 e 8 da legenda do projeto.

SIMULADOR DE ESCADA 1



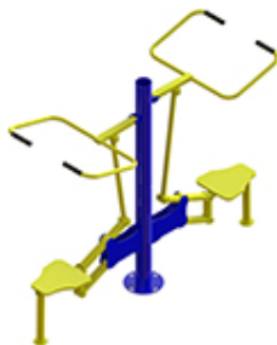
Fabricado com tubos de aço carbono de 1" e 2", manopla emborrachada, amortecedores e pintura eletrostática de alta resistência, pedaleiras em alumínio, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. **Tipo de Instalação:** Parabolt.

Dimensões: Individual - **AL161**
Altura: 1,40m
Largura: 0,60m
Comprimento: 0,85m
Peso: 30kg

Dimensões: Duplo - **AL162**
Altura: 1,40m
Largura: 1,20m
Comprimento: 0,85m
Peso: 59kg

Dimensões: Triplo - **AL163**
Altura: 1,40m
Largura: 2,00m
Comprimento: 0,85m
Peso: 88kg

PUXADOR COSTAS 2

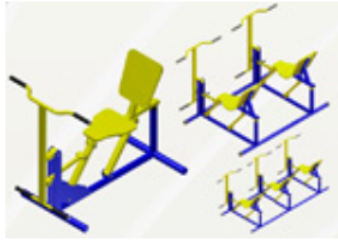


Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 1/4", 4" e tubo retangular 50x30mm, manopla emborrachada e pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. **Tipo de Instalação:** Cadeirinha.

Dimensões: Duplo - **AL092**
Altura: 1,50m
Largura: 0,80m
Comprimento: 2,50m
Peso: 70kg

Figura 76: Equipamentos equivalentes aos itens 3 e 4 da legenda do projeto.

REMADOR 3



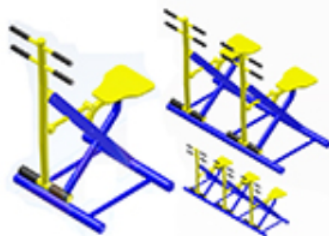
Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 ¼", 2" e tubo retangular 50x30mm, manoplas e apoio dos pés emborrachados, banco anatômico isento de estofamento, pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. **Tipo de Instalação:** Parabolt.

Dimensões: Individual - **AL171**
Altura: 0,85m
Largura: 0,72m
Comprimento: 1,20m
Peso: 30kg

Dimensões: Duplo - **AL172**
Altura: 0,85m
Largura: 1,50m
Comprimento: 1,20m
Peso: 59kg

Dimensões: Triplo - **AL173**
Altura: 0,85m
Largura: 2,20m
Comprimento: 1,20m
Peso: 88kg

SIMULADOR DE CAVALGADA 4



Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 ¼" e 2", manoplas e pegadas emborrachadas, banco anatômico isento de estofamento, pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. **Tipo de Instalação:** Parabolt.

Dimensões: Individual - **AL041**
Altura: 1,30m
Largura: 0,85m
Comprimento: 0,70m
Peso: 40kg

Dimensões: Duplo - **AL042**
Altura: 1,20m
Largura: 1,50m
Comprimento: 1,40m
Peso: 70kg

Dimensões: Triplo - **AL043**
Altura: 1,20m
Largura: 2,20m
Comprimento: 2,10m
Peso: 90kg

Figura 77: Equipamentos equivalentes aos itens 5 e 6 da legenda do projeto.

PEITORAL 5

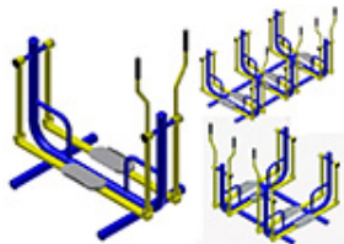


Peso: 70kg

Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 ¼", 2", 4" e tubo retangular 50x30mm, manoplas emborrachadas e pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. **Tipo de Instalação:** Cadeirinha.

Dimensões: Duplo - **AL102**
Altura: 1,80m
Largura: 0,80m
Comprimento: 2,50m

ESQUIADOR 6



Dimensões: Individual - **AL011**
Altura: 1,60m
Largura: 1,00m
Comprimento: 0,80m
Peso: 50kg

Dimensões: Duplo: **AL012**
Altura: 1,60m
Largura: 1,00m
Comprimento: 1,60m
Peso: 100kg

Dimensões: Triplo: **AL013**
Altura: 1,60m
Largura: 1,00m
Comprimento: 2,40m
Peso: 120kg

Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 ½", 2 ½" e tubo retangular de 50x30mm, manoplas emborrachadas, pedaleira em alumínio e pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. **Tipo de Instalação:** Parabolt.

Figura 78: Equipamentos equivalentes aos itens 7 e 8 da legenda do projeto.

SIMULADOR DE PERCURSO 7



Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 1 ¼" e 2", pedaleira em alumínio e pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. **Tipo de Instalação:** Parabolt.

Dimensões: Individual - **AL051**

Altura: 1,20m

Largura: 0,74m

Comprimento: 1,00m

Peso: 40kg

Dimensões: Duplo - **AL052**

Altura: 1,20m

Largura: 0,74m

Comprimento: 2,00m

Peso: 70kg

Dimensões: Triplo - **AL053**

Altura: 1,20m

Largura: 0,74m

Comprimento: 3,00m

Peso: 90kg

EXERCITADOR DE PERNAS 8



Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 2" e 4", banco anatômico isento de estofamento, rolamentos duplos e blindados, apoio dos pés emborrachado e pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. **Tipo de Instalação:** Cadeirainha.

Dimensões: Duplo - **AL072**

Altura: 1,50m

Diâmetro de Ocupação: 2,50m

Peso: 40 kg

Dimensões: Triplo - **AL073**

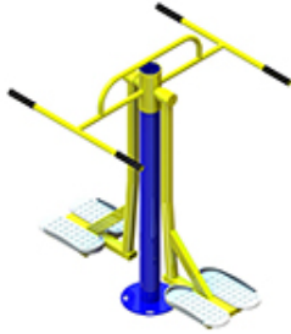
Altura: 1,50m

Diâmetro de Ocupação: 2,50m

Peso: 50 kg

Figura 79: Equipamento equivalente ao item 9 da legenda do projeto.

PRANCHA LATERAL 9



Fabricado com tubos de aço carbono de 1", 2", 3 ½", 4" e tubo retangular 50x30mm, pedaleira em alumínio e pintura eletrostática de alta resistência, tampões em aço para proteção dos rolamentos, plaqueta em poliéster com especificação dos músculos trabalhados. Parafusos e porcas antioxidantes. **Tipo de Instalação:** Cadeirinha.

Dimensões: Duplo - **AL062**
Altura: 1,20m
Largura: 0,80m
Comprimento: 0,80m
Peso: 90kg

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É papel do arquiteto urbanista propor soluções para que as pessoas possam viver melhor e com mais dignidade. Por meio deste trabalho, foi elaborada uma proposta de espaço de lazer urbano que atendesse às necessidades dos moradores do CHJDN. As análises e informações foram organizadas a fim de que seja possível confeccionar uma cartilha de projeto a ser entregue aos moradores, dando continuidade ao trabalho aqui iniciado.

Dessa forma, seriam proporcionadas possibilidades aos moradores de reivindicar, junto ao poder público municipal, a produção de projetos específicos melhores para as praças do CHJDN, além da revisão dos projetos existentes para as áreas públicas de lazer que atualmente estão cercadas.

A necessidade de mais e melhores espaços livres de lazer nos bairros originados de produção habitacional de interesse social é urgente. O descaso do poder público municipal e a baixa qualidade dos projetos realizados pelas empresas responsáveis, como foi verificado no caso do CHJDN, revelam que é preciso garantir à população o lazer gratuito e aprofundar a discussão sobre o que é habitar.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1972.

BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. **Cadernos da Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos**, v.9, p.65-85, 1976.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil, **Revista Análise Social**, v. 127, p.711 – 732, 1994.

BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Teoria e Debate**, edição 82, p. 8 – 14, maio/junho 2009. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/?q=materias/nacional/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida#page=0,0>>. Acesso em: 9 set. 2015.

BRASIL, Lei 9503 de 23 de Setembro de 1997, Dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro. Anexo I: Conceitos e Definições do Código. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9503-23-setembro-1997-372348-anexo-pl.pdf>

BRASIL, Lei 12651 de 25 de maio de 2012, Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, Artigo 7º: Regime de proteção das áreas de preservação permanente. Código Florestal, 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida 2017: Entenda o que muda no programa**. Agência Caixa de Notícias, 2017. Disponível em: <<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

CARDOSO, A. L. **Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ-FASE, Rio de Janeiro. 2008

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. In: CARDOSO, A. L. (Org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARVALHO, C.L.S. **A importância das áreas de uso comum em projetos de habitação social: o caso do Programa Minha Casa Minha Vida**. 2º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. XIV Simpósio de Geografia da UDESC, Florianópolis, SC, 2014

FERNANDES, S. A. S. **Territorialização das políticas habitacionais em Bauru e Presidente Prudente**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 1998.

FERREIRA, J.S.W. *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil*. In: Simpósio Internacional: Interfaces das Representações Urbanas em Tempos de Globalização, 2005, p. 1.

HIRATA, F. "Minha Casa Minha Vida": Política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? Aurora, Marília: Unesp, V. 3, n.4, 2009. Disponível em: (<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1202>). Acesso em: 18 out. 2016.

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente*. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HONDA, S. C. A. L. *A centralidade urbana em Presidente Prudente*. 2000. 141 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo,

2000. HONDA, S. C. A. L. *Habitação de Baixa Renda como Produto do Capital: o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) em Presidente Prudente*. 2011. 204 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

HONDA, S. C. A. L. Política habitacional de baixa renda e a atuação do capital privado: o Programa de Arrendamento Residencial em Presidente Prudente (SP), urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n.1, p. 107-117, 2013.

HONDA, S. C. A. L., VIEIRA, M. C., ALBANO, M. P., MARIA, Y. R. Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP), urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), v. 7, n.1, p. 62-73, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 de nov. 2017.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14 (4). São Paulo, 2000.

MARICATO, E. "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. Carta Maior, maio 2009. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editorial/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>>, acesso em: 9 set. 2015

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MARISCO, L. M. O. *Contribuição ao estudo do planejamento municipal no Brasil: o Plano Diretor de desenvolvimento Integrado de Presidente Prudente (SP) 1969*. 1997. 276 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1997.

MELAZZO, E. *Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias*. In: BELLET, C.; MELAZZO, E.S.; SPOSITO, M.E.B. e LLOP, J.M. (orgs.). *Urbanização, produção e consumo do espaço urbano em cidades médias/intermédias*. Presidente Prudente: UNESP; Lleida: Ed. de la Universitat de Lleida, Espanha, 2015.

MELO, M.A. *O Estado, o boom do século e a crise da habitação: Rio de Janeiro e Recife (1937-1946)*. **Cidade & História**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

MONTEIRO, F. A. *Habitação popular em Curitiba/PR: da criação da COHAB a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida*. XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. *Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil*. **Arquitextos**, São Paulo, 12.133, Vitruvius, jun 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>>. Acesso em: 20 de fev. 2015

OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista*. Ed. Brasiliense/CEBRAP, São Paulo, 1971.

OLIVEIRA, V. F. *Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos*. 2014. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. *Mapas e informações geográficas. A cidade*. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/central_mapas.xhtml>. Acesso em: 10 mar. 2016

ROLNIK, R. *Programa Minha Casa Minha Vida precisa ser avaliado*. Nota pública da Rede Cidade e Moradia, 2014. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/11/10/programa-minha-casa-minha-vida-precisa-ser-avaliado-nota-publica-da-rede-cidade-e-moradia/>>. Acesso em: 9 set. 2015.

- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 423.
- ROYER, L. O. *Financeirização da Política Habitacional: limites e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2014. 214 p.
- RUFINO, M. B. C. *Incorporação da Metrópole: centralização do capital no imobiliário e a nova produção do espaço em Fortaleza*. 334 p. Tese (Doutorado em de Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 334 p. São Paulo, 2012.
- RUFINO, M. B. C. *Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos*. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.) *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, F. C. A. S. **Espaço, Tempo e Contradições: Do Banco Nacional de Habitação ao Programa Minha Casa, Minha Vida em Presidente Prudente/SP**. 2016. 124f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.
- SÃO PAULO. **Catálogo de Espécies Vegetais: especificações da edificação escolar**. Fundação para o desenvolvimento da educação (FDE). 2015.
- SILVA, R.B. **Segregação e/ou Integração – “O Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados em Presidente Prudente”**. (Dissertação de Mestrado). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2005.
- SPOSITO, M. E. B. **O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro – UNESP, Rio Claro, 1983.